



MAPA DAS
DESIGUALDADES

2024



Foto: Victor Queiroz

EQUIPE INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Elisabetta Recine
Luiz Gonzaga de Araújo
Romi Márcia Bencke

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Augustino Veit

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem – PMAA

Adriana Silva Alves

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Ferrari Puzzi

Educador Social

Markão Aborígene

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Carolina Alves
Cássia Lopes
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Rárisson Sampaio
Sheilla Dourado
Teresa Ruas
Thallita de Oliveira

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eduarda R. Aguiar Figueiredo
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiário

Andrey Felype

APOIO INSTITUCIONAL

CLUA – Climate and Land Use Alliance

ETF – Energy Transition Fund

Fastenaktion

FDCC (T.F. 1/2024)

Fundação Charles Stewart Mott

Fundação Ford

Fundação Heinrich Böll

Fundar

Fundo Malala

ICS – Instituto Clima e Sociedade

KNH – Kindernothilfe

OSF – Open Society Foundations

PPM – Pão para o Mundo

Rainforest Foundation Norway

SEJUS (T.F. 18/2024)

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

WRI – World Resources Institute

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Contato: +55 (61) 3212-0200

Email: inesc@inesc.org.br

Site: www.inesc.org.br

Distrito Federal, novembro de 2025.

É permitida a reprodução total ou parcial do texto de forma gratuita, desde que sejam citadas as autoras e autores e a instituição que apoiou o estudo, e que se inclua a referência ao artigo ou ao texto original.

FICHA TÉCNICA

Coordenação Política

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Coordenação Técnica

Cleo Manhas
Dyarley Viana
Markão Aborígene

Consultoria

Leila Saraiva
Paíque Santarém

Educadoras/es Ciclo de Formação

Carmela Zigoni
Cleo Manhas
Cristiane da Silva Ribeiro
Dyarley Viana
José Antônio Moroni
Markão Aborígene
Paíque Santarém
Suelen Gonçalves
Thallita de Oliveira

Educomunicador

Maurício Virgulino

Designer

Amaro

Diagramação e projeto gráfico

Victor Hugo Vieira Queiroz

Mapas e Gráficos

Sara Cristina Lisboa Ribeiro - Cigana da Cei

Fotografias

Bruna Rodrigues Almeida Alencar
Marcus Aurélio Dantas da Silva Junior
Victor Hugo Vieira Queiroz

Audiovisual

Ceilanwood

Produção Musical

LP D'Doctor

Redação

Cléo Manhas
Leila Saraiva
Paíque Santarém
Markão Aborígene

Texto e produções artísticas

Breno Michael
Bruno Fernandes Diniz - Mano Xurrasco
Bruno Henrique Lino Borges
Camila Rodrigues Oliveira - Mc Camila
Edinaldo Júnio - Pajé
Eli José
Evelyn Lorrane de Oliveira
Izabela Rodrigues Martins
Laíz Francisca de Araújo Souto
Maria Juliana Rocha Reis - MC Maju
Micaele Melo - LaLoba
MC Fernandes
Nayane Cruz - Nay Luz
Paulo Henrique Souza da Costa
Pedro Victor Rios
Sara Cristina Lisboa Ribeiro - Cigana da Cei
Victor Hugo Vieira Queiroz
Vitor Cardoso Batista



SUMÁRIO

6	Apresentação
8	Quem construiu esta edição do Mapa das Desigualdades?
12	Metodologia
13	Matemática na prática: a análise dos dados
21	Equidade
29	Saúde
35	Educação
39	Saneamento
47	Infraestrutura
55	Mobilidade
65	Trabalho, Emprego e Renda



APRESENTAÇÃO

Por Cleo Manhas

O Inesc foi uma das organizações idealizadoras do Movimento Nossa Brasília, que, em 2012, se integrou à Rede Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis (Rede Cidades), com outros movimentos de diferentes cidades brasileiras. E um deles, do Rio de Janeiro, a Casa Fluminense, nos apresentou o primeiro mapa das desigualdades da região metropolitana fluminense. O trabalho técnico era muito bom, uma excelente ferramenta, que pensamos em desenvolver para o Distrito Federal. Desde então, iniciamos o cruzamento dos dados para demonstrar as desigualdades com a participação das pessoas que vivem em cada canto do DF. Começamos em 2016 com três cidades: Estrutural, São Sebastião e Samambaia, porque não tínhamos condições de dialogar com todas as regiões administrativas.

Em cada um desses locais, buscamos movimentos sociais, culturais, estudantes. Em Samambaia, por exemplo, fizemos reuniões em uma escola que estava ocupada por estudantes secundaristas, durante a mobilização ocorrida em todo o Brasil, em 2016. Em São Sebastião e na Estrutural, o diálogo foi com movimentos com os quais nos relacionamos. No início, a participação foi pequena, longe do ideal, mas – com o passar das edições – fomos incorporando cada vez mais a participação dos movimentos sociais e públicos com os quais já atuávamos em outras frentes.

A inspiração veio da Casa Fluminense, mas buscamos o envolvimento das pessoas, pois isso fazia todo o

sentido e dava vida aos números. Fizemos, até mesmo, duas edições temáticas: uma sobre mobilidade e gênero, no Itapoã e no Paranoá, envolvendo os movimentos LGBTQIAPN+ locais, o que resultou na publicação “764 da Barragem para Cá”. A outra edição temática teve como temas a própria Estrutural e as questões que envolvem aquele território, o que resultou em uma publicação, intitulada: “Encarando Números”, dando cara aos dados. Conseguimos envolver vários movimentos de cultura, especialmente do hip hop, além de movimentos LGBTQIAPN+, movimentos de juventude.

Os processos participativos influenciaram a transformação do Mapa das Desigualdades em algo vivo, que pertence àqueles que participaram e aos que, de alguma maneira, foram alcançados pelos dados e pelas palavras. Percebemos que, a cada edição, a publicação tornava-se mais orgânica. O que buscamos retratar para além dos dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) refere-se às imensas desigualdades que separam as regiões administrativas centrais das periféricas, de forma a mostrar o quando este quadrado é forjado, desde a sua demarcação, em um território diverso, porém desigual e segregador, além de ser marcado por profundo racismo, demonstrado no cruzamento dos dados por território, raça, gênero e pela oferta de políticas públicas.

Os temas com os quais trabalhamos são diversos. Quando fizemos os cruzamentos dos dados entre as diferentes regiões administrativas, percebemos que as desigualdades em todas as áreas se tornavam mais evidentes. Em especial, as desigualdades de raça e renda, que nos dividem entre poucos muito ricos e brancos e

muitos muito pobres e negros. O racismo ambiental, ainda que nas edições anteriores não tivesse recebido esse nome, é algo que grita em cada Mapa das Desigualdades, pois temos regiões sem saneamento em suas três vertentes, ou seja, água tratada, esgoto recolhido e tratado e coleta seletiva de resíduos. Além de condições de habitabilidade totalmente inapropriadas, que convivem com outras regiões totalmente abastecidas de saneamento, arborização e parques.

Então, o que diferencia o Mapa das Desigualdades da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios é que fazemos os cruzamentos dos dados entre as regiões para denunciar as desigualdades e incidir junto aos poderes públicos para mudanças efetivas nos territórios e na vida das pessoas historicamente vulnerabilizadas. Além disso, a participação é o principal diferencial deste trabalho. Esta edição foi especialmente concebida, em sua totalidade, de forma coletiva, com estudantes, trabalhadoras e trabalhadores em cultura criativa, juventudes periféricas, atuantes em seus territórios. Em cada forma de linguagem e de interpretação dos dados, a transmissão das informações se faz a partir das vivências cotidianas, que demonstram a escassez dos investimentos e dos acessos inexistentes às políticas básicas para o que qualquer um de nós entende como dignidade humana, saúde, educação, saneamento e mobilidade urbana.

O convite aqui é para o afeto! Que a indignação de cada uma e um que tomar contato com estes dados, em suas diversas e plurais formas de transmissão, se transforme em paixão pela resistência e pela luta incansável por direitos distribuídos com justiça e equidade!

A FACE DA DESIGUALDADE

Por Evelyn Oliveira

Eu não tinha problemas com o patriarcado
Até perceber que era mulher
Eu não tinha problemas com o racismo
Até entender que era negra

Eu não tinha problemas com a desigualdade
Até sentir que era eu quem era empurrada para baixo
Eu não tinha nenhum problema
Até descobrir que todos eles existiam

Marcados na minha pele
Na minha história
Na minha identidade.

Então percebi:
A interseccionalidade nunca foi o problema
O problema sempre foi de quem vivia fora dela
O muro sempre esteve lá

E do outro lado
O silêncio é conforto

Enquanto aqui
Cada palavra é resistência

O muro sempre esteve lá
Separando quem ergue o mundo

De quem colhe o privilégio.

Quem construiu esta edição do Mapa das Desigualdades?



Breno Michael

25 anos, de **São Sebastião**. Mestrando em Ciência Política (UnB), atuo em projetos como Jovens Defensores e Mapa das Desigualdades. Gosto de aprender e de agir.



Bruno Henrique

É um jovem trans e negro de 17 anos, do **Riacho Fundo II**. Que acredita no poder do direito como ferramenta de mudança social. Com sensibilidade e empatia, busca compreender as diversas realidades e apoiar quem mais precisa, especialmente pessoas negras, periféricas e da comunidade LGBTQIA +.



Bruna Alves

17 anos, do **Riacho Fundo II**. Sou apaixonada por poesia, expresso e luto por meio de textos, colagens e fotos. Exploro o mundo com olhos apaixonados, entre a dor e a paixão



Bruno Fernandes

17 anos, do **Riacho Fundo II**. Nordestino raiz, cria da quebrada, ativista da Anistia Internacional. Na correria por justiça e respeito, mas na rua me chamam de **Xurrasco**.



Bruna Rodrigues

21 anos, moradora da **Estrutural**, é comunicadora, fotógrafa e escritora. Mineira de Buritis, vive no DF e acredita no poder da escuta e da escrita para transformar realidades.



Camila Rodrigues

29 anos, de **Sobradinho**. Artista, MC e organizadora da Batalha das Guriás. Assistente social formada pela UnB, atua com crianças e adolescentes, unindo arte, cultura e transformação social.



Daiane Melo

18 anos. Indígena do povo Sataré Mawé do Amazonas, é mãe e artesã. Atualmente reside em **Vicente Pires**.



Gabriel Lopes

Natural de Caldas Novas, Goiás. Reside em **Samambaia** há 2 anos, ativista, militante do MTD, gosta de Rap. Filho de Professor e de uma Gastrônoma, tem dois irmãos!



Edinaldo Júnior

mais conhecido como **PAJÉ**, tenho 23 anos e sou do **Gama Leste**. Através do Rap me envolvo em eventos culturais, saraus e oficinas... Gosto e me interesso por conhecimentos.



Giovanna Cristina

19 anos. Nascida e criada no **Riacho Fundo II** e estou concluindo o ensino médio. Sou uma pessoa curiosa, sempre disposta a aprender, conhecer novas culturas e viver experiências que ampliem meu olhar sobre o mundo.



Eli José

23 anos, homem trans, artista e poeta de **São Sebastião**. Minha curiosidade move minha escrita, e o amor dita as palavras que compartilho com o mundo.



Israel Silva

17 anos, morador do **Riacho Fundo II**, lutador há 5 anos. Determinado, focado e apaixonado por esportes, busca evolução física e mental. Para mim, o esporte é mais que um hobby é um estilo de vida!



Evelyn Oliveira

17 anos. Sou do **Riacho Fundo I** e estou no último ano do ensino médio. Há dois anos participo de projetos sociais pelo Inesc. Sou apaixonada por tudo o que a arte pode proporcionar: música, escrita, leitura, desenho e todas as suas formas de expressão.



Italo Souza

26 anos, **Taguatinga Norte** transformou minha revolta social em ação política na Chaparral e Núcleo Bandeirante. No CED 06 de Taguatinga Norte, fiz parte do combate à evasão escolar/violência na escola. Pai do Nicolas Henrique e estudante de Direito e ADS. Grato ao Inesc por reeducar meu olhar.



Izabela Martins

Grito de rua, **Medusa**, da **Santa Maria**, MC e poetisa, mãe solo, empreendedora, especialista em trança nagô, penteadista, produtora cultural, a resistência de uma batalha solo e ainda mais realizada fazendo parte do Mapa das Desigualdades 2025.



MC Maju

26 anos, é multiartista, entre Gama, Samambaia e **Jardins Mangueiral** a sanitária acredita que direitos se conquistam pela luta. Na ciência ou na arte, está sempre denunciando desigualdades.



Julia Hevinllyn

18 anos, natural de Viana- MA, reside no **Riacho Fundo II**. Estudante dedicada e participante de projetos, pesquisas e ações sociais.



Marcus Júnior

17 anos, do **Riacho Fundo II**, é estudante secundarista, fotógrafo, amante do audiovisual e da Cultura Hip Hop. Atuando desde cedo na produção de eventos, vídeo clipes e curtas-metragens nas quebradas do Distrito Federal.



Laíz

Mais conhecida como Lai. Sou nordestina, mas atualmente moro na **Ceilândia** e tenho 18 anos, sou poeta graças as desavenças da vida. Mas sou feita mesmo é de crises de riso, cabelo colorido, noites em que a Lua aparece, piadas sem graça e doces feitos em casa.



MC Favelinha

23 anos, morador de **Planaltina**. Jovem negro criado nas ruas do DF. De um bar-raco de madeirite se fez poeta, artista e MC. Saiu do sistema socioeducativo para construir um mundo melhor para sua filha e família.



Letícia Sales

18 anos. Nascida e criada no DF, reside no **Itapoã**, acredita no poder na educação, conscientização política, social e empatia com todos os seres é o principal caminho para alcançar uma transformação com relação à sociedade atual.



MC Fernandes

Também conhecido como Gordinho sem freio, é Daniel Fernandes, da **Santa Maria**, rapper, mestre de cerimônia, produtor e Roadie. Há mais de 15 anos representa o hip-hop nas batalhas, usando a arte contra a opressão do Estado.



Micaele Melo

Mulher negra, 26 anos, é cria do DF e moradora de **Taguatinga**, atua como produtora cultural, artesã e poeta marginal. Traz em sua raiz a força periférica e tradicional como combustível para a evolução e desenvolvimento de sua arte, firme na reza e leve na pisada.



Nayane Cruz

É uma mulher negra, da **Ceilândia**, psicóloga, pesquisadora, terapeuta comunitária, gestora cultural e multiartista que usa a arte e o cuidado como ferramentas de transformação e luta por direitos humanos.



Paulo Henrique

25 anos. Morador da **Estrutural**, futuro professor de Geografia. No pouco tempo livre, gosta de ler, ver séries e filmes, dormir, apreciar a natureza ou simplesmente não fazer nada.



Pedro Victor

27 anos, natural de Timon-MA, reside no **Riacho Fundo II**, 24 anos de vivência “Dê éFense”. Fã, admirador e até amador de Rimas, Batidas, Footwork, Tags e Poesias. Professor de formação, Licenciado em Educação Física, atuante em movimentos e projetos sociais com pautas voltadas para crianças e adolescentes, participação social, direitos humanos e políticas públicas.



Rebeca Nerddoguetto

Cria de **Samambaia**, farmacêutica, compositora e rimadora. Organizadora da Batalha das Gurias. Faz parte da Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop. Voz das periferias, cultura e saúde.



Sara Lisboa

A Cigana da Ceí, é multiartista, pesquisadora e ativista de **Ceilândia**. Atua no Cio das Artes no Sarau da Quarta, é professora de Geografia e produtora de projetos sociais.



Victor Queiroz

Nascido e criado no **Paranoá** região leste do DF com muito orgulho, fotógrafo, designer gráfico e ativista pelo transporte público de qualidade e por uma mobilidade urbana sustentável.



Vitor Cardoso

18 anos, estudante de educação física, ativo em movimentos sociais desde os 12 anos. Mineiro de São Francisco, mora no **Itapoã** DF e acredita no poder da educação para transformar a realidade.

METODOLOGIA

Por Paíque Santarém e Leila Saraiva

Esta publicação foi construída apostando na **potencialidade coletiva** de análise e interpretação dos dados, por meio de uma **metodologia de educação popular para pesquisa**. Este talvez seja o principal destaque desta edição do Mapa das Desigualdades: a aposta radical na construção conjunta do saber, levando a um novo patamar a proposta de dar vida e corpo aos números das edições anteriores. Desta vez, os e as autoras do Mapa das Desigualdades estiveram presentes em todos os momentos, trazendo uma riqueza analítica que só o processo coletivo é capaz de criar. A mesma riqueza também se fará notar na diversidade de escritas e estilos que permeia as páginas a seguir. Realizamos esta caminhada por meio de três **momentos formativos**: (1) pela capacitação coletiva do grupo, com a leitura e a análise das edições anteriores do Mapa das Desigualdades; (2) pela coleta e organização dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD); e (3) pela interpretação dos dados, pela formulação coletiva e pela produção analítica.

No **primeiro momento**, foram realizadas oficinas sobre a história da PDAD¹ e do Mapa das Desigualdades. Os participantes se dividiram em quatro grupos, analisaram a série histórica dos dados e produziram textos que integram esta edição. As análises prévias serviram, também, para avaliar o conteúdo produzido pelas equipes de pesquisa anteriores deste projeto, que acumula 10 anos de análises e pesquisas sobre as desigualdades.

O **segundo momento** foi realizado coletivamente a partir de uma dificuldade enfrentada pela equipe: o **Instituto de Pesquisa Econômica do Distrito Federal (IPEDF)** não havia fornecido, até a finalização deste documento, os microdados da PDAD. Sem eles, os pesquisadores têm dificuldades de aprofundar os dados e elaborar análises para além daquelas que interessam aos pesquisadores do IPEDF. Fizemos solicitações por diferentes meios para acessar tais dados, sem qualquer retorno satisfatório. Optamos, então, pela **extração manual** dos dados divulgados previamente em documentos oficiais. Um processo que foi muito trabalhoso, por conta da limitação imposta pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Esperamos que os microdados em sua versão aberta sejam liberados pelo IPEDF e que possamos avançar em documentos futuros e em outras análises socioeconômicas do Distrito Federal.

No **terceiro momento**, foram analisados dados referentes a tópicos como **saúde, educação, mobilidade, trabalho e renda, saneamento básico, infraestrutura, equidade social (raça e gênero), cultura, esporte e lazer** de todas as 35 regiões administrativas do Distrito Federal. Os dados foram **organizados por tema e por região**, o que permite sua **visualização em gráficos e mapas**, favorecendo a análise comparativa. Tais análises foram feitas tanto em leitura coletiva dos dados quanto

¹ O **Mapa das Desigualdades de 2025** teve como principal fonte as informações da **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2024**, um levantamento do Governo do Distrito Federal (GDF) que investiga as características demográficas e sociais nas áreas urbanas e rurais das regiões administrativas do DF.

também em produções de diferentes linguagens que vinculem a interpretação dos dados à intervenção na realidade com os nossos corpos e as nossas vivências. O importante deste momento consistiu em ir para além das estatísticas e dos números frios. Afinal, nossas vidas não cabem em dados.

Esta metodologia de análise, interpretação, escrita e intervenção coletiva foi feita tendo a união como ferramenta de combate às desigualdades. Os números que agora apresentamos estão necessariamente povoados por nossa experiência nas ruas destas tantas e diversas cidades e corpos que compõem e constroem o Distrito Federal.

Planilha de Microdados



MATEMÁTICA NA PRÁTICA: A ANÁLISE DOS DADOS

Partimos agora para a apresentação e a análise dos dados que colhemos para o Mapa das Desigualdades. Mas é importante apresentar antes algumas questões.

- Organizamos o documento em diferentes momentos, conforme mostramos a seguir.
- Primeiro, apresentamos a análise da evolução dos dados sobre desigualdades analisadas nas edições anteriores do Mapa das Desigualdades e em outros documentos, como a Agenda 10 e o Mapa dos Afetos.
- Na sequência, apresentamos uma representação gráfica dos dados do Mapa das Desigualdades, em que apontamos alguns aspectos vinculados às assimetrias encontradas.
- Por fim, apresentamos um conjunto de textos analíticos produzidos pela nossa equipe.

Nos textos em questão, não queremos apenas interpretar os dados. Mais do que isso, queremos intervir neles com nossas vozes, corpos, afetos e potencialidades.

Utilizamos nossos saberes variados para observar, questionar e produzir em relação à segregação de nossa cidade. Não queremos apenas lamentar a maldade do mundo. Nossa vontade principal é de transformar a sociedade para muito melhor.

Boa leitura!

A DESIGUALDADE COMO PARTE DA ESTRUTURA

Por Pedro Victor Rios

Desigualdade você sabe o que é, mas e estrutura, sabe qual que é? Estrutura que sustenta o sistema que sistematiza o hospital público sem estrutura. A saúde que dá vida sempre de canto. Para elevar a saúde do lucro, a saúde pública de qualidade vai sucateando. Mal chega a 10%, em cidades como SCIA e Estrutural (9,10%); São Sebastião (9,60%) e Varjão (10%); a quantidade de pessoas que possuem plano de saúde privado.

“Plano de saúde de pobre, fi, é não ficar doente”.

(Criolo – Boca de Bolo)

Estrutura que tem na cor, ilegitimidade para marcar peles com o tom da desigualdade. Às vezes é o vermelho da poeira do chão de barro, que vai longe com o vento, por vezes outros tons vão compondo a camada. Cristalina é cor que às vezes falta, cenários como de Água Quente que só possui 7,80% de cobertura do serviço de Esgotamento Sanitário.

“Favela só falta água, quando chove ela alaga”.

(Sabotage - O Invasor)

Cores que não são do CONAMA, mas refletem seletividade para além da coleta. Dados mostram que a coleta seletiva direta realiza atendimento parcial, abrangendo pequena parte de regiões como Água Quente (8,40%); Sol Nascente e Pôr do Sol (19,10%) e Fercal (36,20%).

“Alá, tô vendo a cena vai chover e o rio vai transbordar. E meu castelo de madeira vai alagar.”

(A Família - Castelo de Madeira)

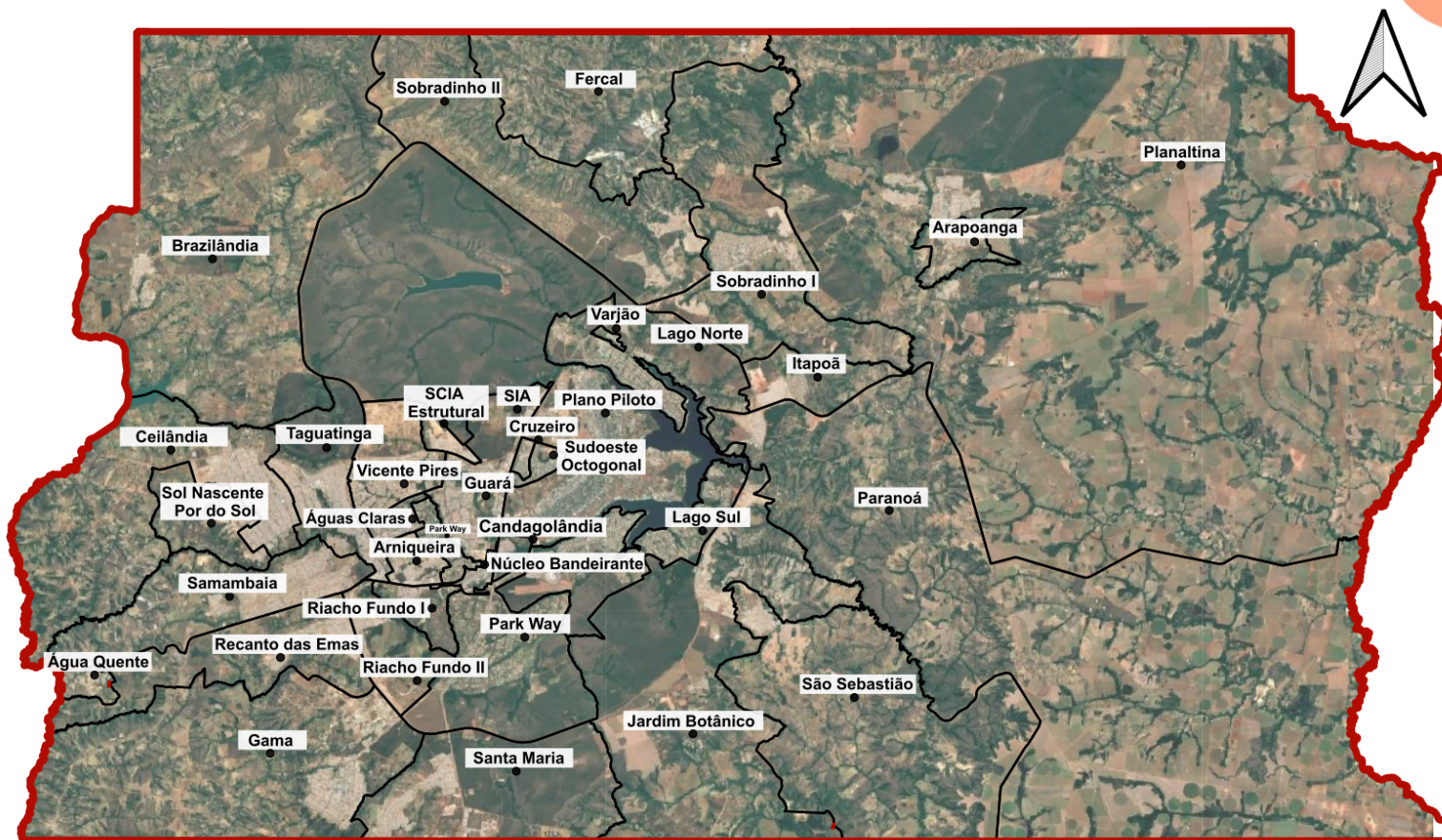
Tem a forma que não é o formato de uma cidade que garante acessos, mas formas de desigualdades refletidas em números que evidenciam negligências com a SCIA e Estrutural, quanto o acesso à Rua Arborizada (37,8%); Ponto de Ônibus (72,10%); Travessia para Pedestres (13,20%); Parques ou Praça (34,50%); e Ciclovia/Ciclofaixas (13,60%). O último dado chama a atenção, se comparado a outro dado que diz que a Estrutural é considerada a cidade das bicicletas, onde 5,80% e 15,70% dos moradores afirmam que utilizam bicicletas para ir à escola e trabalho, respectivamente.

² Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Foto: Victor Queiroz



Mapa do Distrito Federal e suas Regiões Administrativas (R.A.'s)



- Legenda**
- Limite do Distrito Federal
 - Território do Distrito Federal
 - Região Administrativa

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2024
Realização 2025

0 10 20 km

ORÇAMENTO DECIDE

Por Nayane Cruz

O dinheiro existe, mas para onde vai?
Na periferia, as pessoas dizem que aqui não é o lugar onde ele cai.
O que cai são lágrimas de quem trabalha demais
E, no final, não consegue pagar todas as contas.
Fica se sentindo mal, sem espaço de lazer, cultura ou esporte
Mas ainda com a sensação de sorte por ter mais um dia para lutar.
Mas a luta não é só trabalhar: é poder opinar
Para transformar a realidade da sua rua, da sua cidade.
E se todo mundo fizer isso, a gente muda todas as realidades.

Sim, você tem papel.

Sim, na hora que votou, toda vez que diz um “sim” ou um “não”
sobre o que está vendo – tipo ver ou ser a pessoa que joga coisas
na rua e não se incomodar, continuar caminhando sem pensar no
que podemos transformar na nossa cidade, nossas realidades. Tá
querendo um mundo melhor? Você pode escolher.

A participação popular tem que acontecer de verdade.

Do que adianta pedir para o deputado se importar ou para o
presidente agir, se nem você está fazendo sua parte?

Dedo na ferida pra vê se arde mais e a gente age:

Se não houver pressão popular

As coisas não mudam e ainda tem tanta coisa pra mudar!

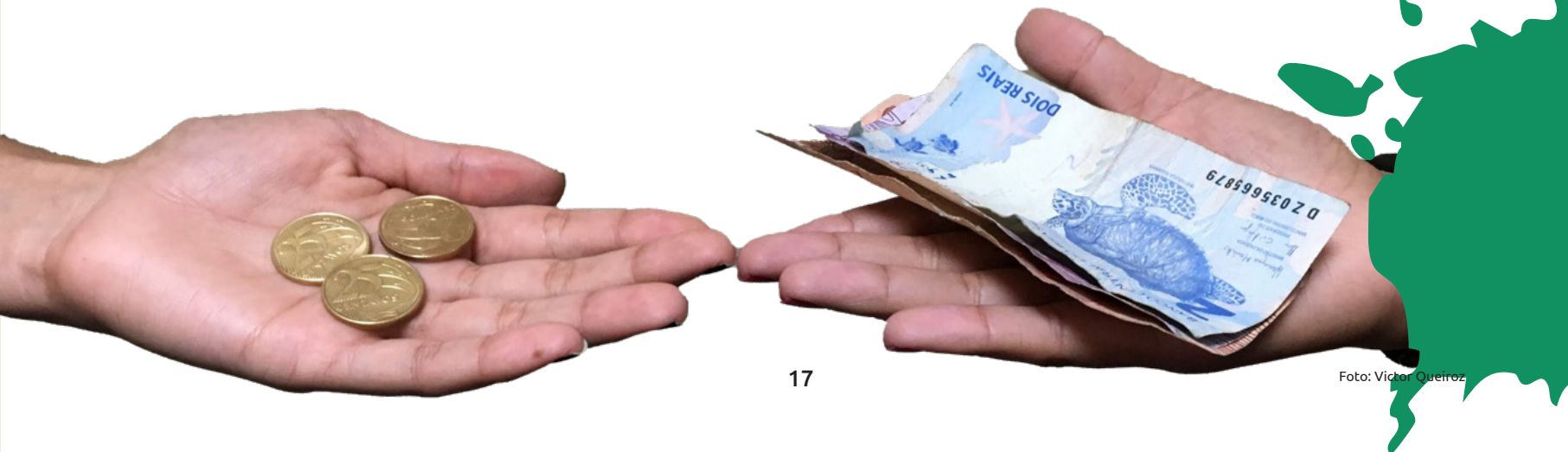


E O ORÇAMENTO DO DF, ENFRENTA AS DESIGUALDADES?

Por Leila Saraiva

O orçamento público é um instrumento fundamental para a realização de direitos. Por seu intermédio, as promessas feitas em campanha ou em meios de comunicação podem, de fato, se transformar em políticas públicas. Também nele, palavras muitas vezes repetidas se tornam vazias ou sem qualquer impacto. Afinal, se não há recurso autorizado para a política, na prática não há política. Se não há recurso executado na política, tampouco ela sai do papel. No caso do enfrentamento das desigualdades estruturais do Distrito Federal, nenhuma escolha orçamentária é por acaso. Ao contrário: para enfrentar as raízes das nossas desigualdades, seria necessário um investimento público consistente, eficaz e constante, sujeito ao escrutínio e ao debate público, além de um processo decisório também participativo sobre as prioridades de execução dos recursos.

É antiga a trajetória do Inesc no acompanhamento do orçamento público. A metodologia Orçamento & Direitos consolidou uma forma de analisar os gastos públicos a partir da lente dos direitos humanos. Em outras palavras, por meio de sua metodologia, o Inesc busca analisar, por um lado, como os recursos chegam aos cofres públicos: a arrecadação se dá de forma **fiscalmente justa**, recolhendo mais recursos de quem tem mais, menos de quem tem menos e nada de quem não tem? Por outro lado, também se busca analisar como os recursos são direcionados às políticas públicas: está sendo direcionado o **máximo de recursos disponíveis para a realização de direitos**? As políticas públicas foram planejadas e têm a execução monitorada com **participação popular**? Estão comprometidas em promover a **não discriminação**, enfrentando as desigualdades estruturais de nossa sociedade? Estão, ainda, amplificando e **realizando progressivamente** os direitos? Essas cinco ideias – os cinco pilares da metodologia do Inesc – serão também fundamentais para tratar do caso do Distrito Federal.



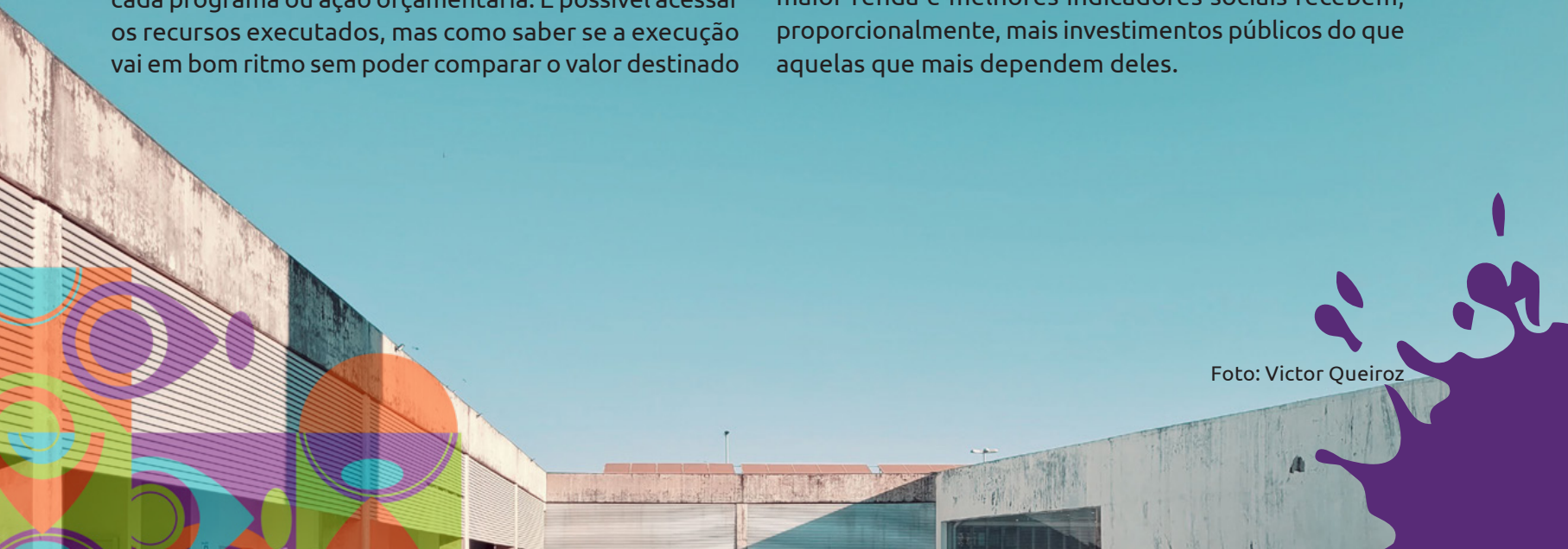
O primeiro comentário de nossa análise versa sobre um tema que perpassou toda esta edição do Mapa das Desigualdades: a falta de transparência sobre dados de interesse público no Distrito Federal. Em edições anteriores do Mapa das Desigualdades, partimos dos dados abertos da PDAD, disponibilizados pela então Codeplan, para realizar os cruzamentos que gostaríamos de fazer e, assim, analisar a produção e a reprodução das desigualdades em nosso território. Para esta edição, o novo IPEDF, ao que tudo indica, de forma deliberada, não disponibilizou os dados abertos e recusou nossos intentos de acessá-los. Isso exigiu de todos nós um trabalho manual de compilação de dados, tabulação, novas análises. (Para nossa sorte e azar deles, ninguém aqui tem medo de “correr”).

Constatamos dificuldade similar nos dados orçamentários: ainda que conte com um portal da transparência próprio, o GDF não possibilita que incluamos em seus filtros, por exemplo, o orçamento autorizado para cada programa ou ação orçamentária. É possível acessar os recursos executados, mas como saber se a execução vai em bom ritmo sem poder comparar o valor destinado

e o que já foi gasto ao longo do ano? As próprias leis orçamentárias estão disponíveis de forma hermética, sem organização fácil e intuitiva. Quando juntamos a dificuldade de acessar os dados desagregados da última PDAD com as artimanhas para acessar as informações orçamentárias, percebemos que é mais fácil pensar que a falta de transparência é um projeto, e não um equívoco.

Mesmo com a falta de transparência, não poderíamos deixar de destacar alguns números que corroboram a interpretação da própria desigualdade no DF como um projeto, e não um erro de percurso. A leitura dos dados disponíveis até outubro de 2025 revela distorções significativas na alocação dos recursos públicos entre as regiões administrativas. O gasto público per capita nas regiões mais ricas – Lago Sul, Lago Norte e Plano Piloto – foi de R\$ 81,00, enquanto em Ceilândia, cidade mais populosa do Distrito Federal, o valor foi de apenas R\$ 49,00. Em outras palavras, as regiões que concentram maior renda e melhores indicadores sociais recebem, proporcionalmente, mais investimentos públicos do que aquelas que mais dependem deles.

Foto: Victor Queiroz



A análise de programas temáticos reforça essa tendência. No programa de direitos humanos, por exemplo, constatou-se que ações destinadas ao enfrentamento da desigualdade racial não tiveram qualquer execução orçamentária em 2025: nenhum valor foi empenhado, liquidado ou pago. A mesma situação se observa nas ações voltadas ao enfrentamento da homofobia, igualmente com dotação orçamentária prevista, mas com execução nula. Tais números não são meramente técnicos: expressam prioridades políticas e a ausência de compromisso com agendas essenciais para a construção de uma sociedade justa e plural.

A situação se repete em outras áreas estratégicas. No campo da mobilidade urbana, que tem impacto direto sobre o acesso a direitos como educação, saúde e trabalho, a distribuição dos recursos reforça um padrão de desigualdade. Até outubro de 2025, o GDF gastou quase o mesmo montante na manutenção de rodovias – R\$ 128.837.453,85 – e em uma política que beneficia cerca de 300 mil estudantes, o Passe Livre Estudantil, com R\$ 141.261.193,87. O maior volume de recursos, entretanto, continua concentrado na ação de “manutenção do equilíbrio financeiro do sistema de transporte”, que funciona como subsídio às empresas concessionárias. Trata-se de uma despesa de cerca de R\$ 790 milhões, de execução opaca, cujos critérios de

cálculo permanecem pouco transparentes. Na prática, o GDF garante a rentabilidade das empresas, mas sem assegurar a melhoria do serviço para a população que mais depende do transporte público. Afinal, o mesmo recurso poderia integrar o financiamento de uma política de tarifa zero universal, se fosse modificada a forma de organização do transporte no DF.

Tais exemplos ajudam a ilustrar um cenário mais amplo: o orçamento do Distrito Federal não tem sido um instrumento de enfrentamento das desigualdades, mas, em muitos casos, um vetor de sua manutenção e de seu aprofundamento. Ao destinar mais recursos às regiões centrais e ao reduzir a execução em políticas voltadas à equidade racial, de gênero e territorial, o GDF contribui para perpetuar a lógica de um território desigual e segregado. O orçamento, que deveria ser o principal instrumento de redistribuição e justiça social, segue orientado por escolhas políticas que priorizam a manutenção do status quo.

Enquanto a transparência não for a regra e a participação social não for incorporada ao processo de decisão e acompanhamento orçamentário, as promessas de equidade continuarão distantes. O orçamento público do Distrito Federal, em vez de corrigir desigualdades históricas, parece estar, lamentavelmente, aprofundando-as.

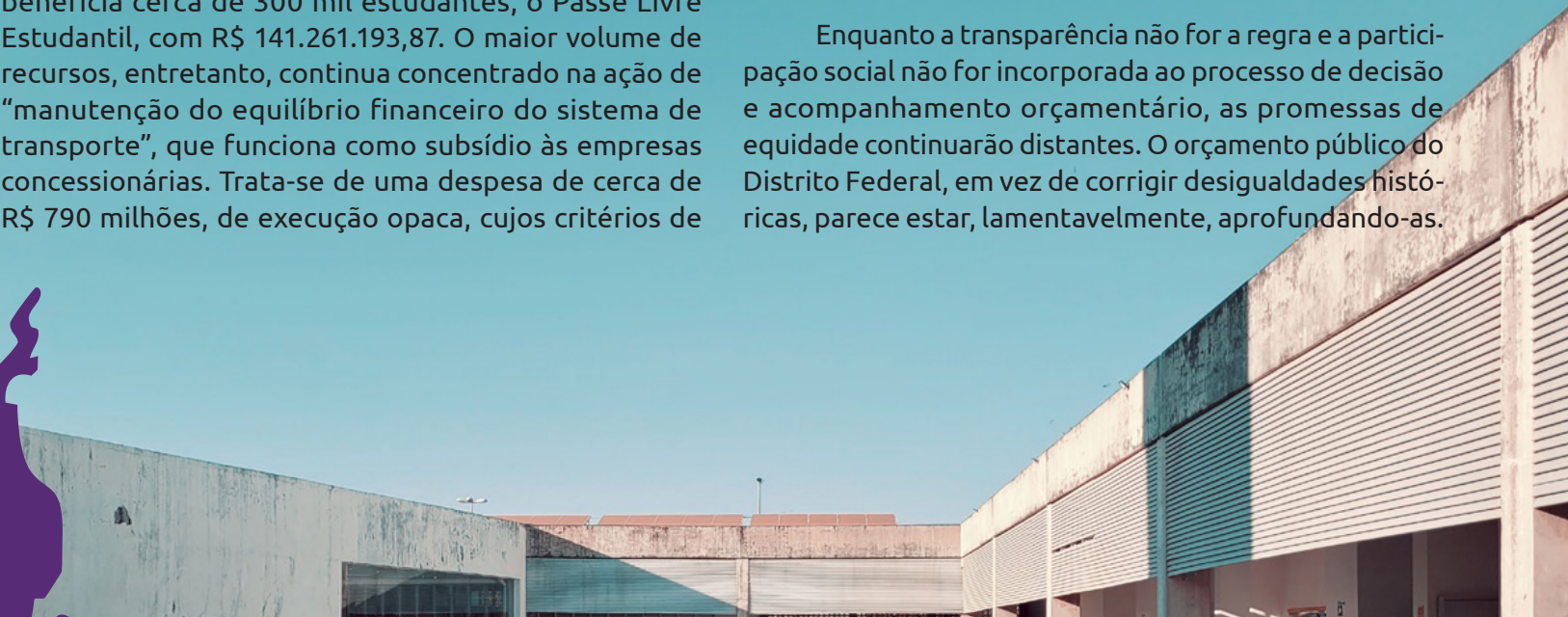


Foto: Victor Queiroz



de 2016

2017

2018

2019

2020

2021

a 2022

Análise Sobre Racismo, Periferia e Gênero A Partir das Edições Anteriores do Mapa das Desigualdades e da Agenda 10

Por Camila Rodrigues, Eli José e Izabela Martins

Quando observamos os documentos de 2016, 2019, 2020 e 2022 com dados sobre desigualdades, pudemos perceber que há um conjunto de questões vinculadas à falta de equidade social no Distrito Federal.

Desigualdades sem monitoramento

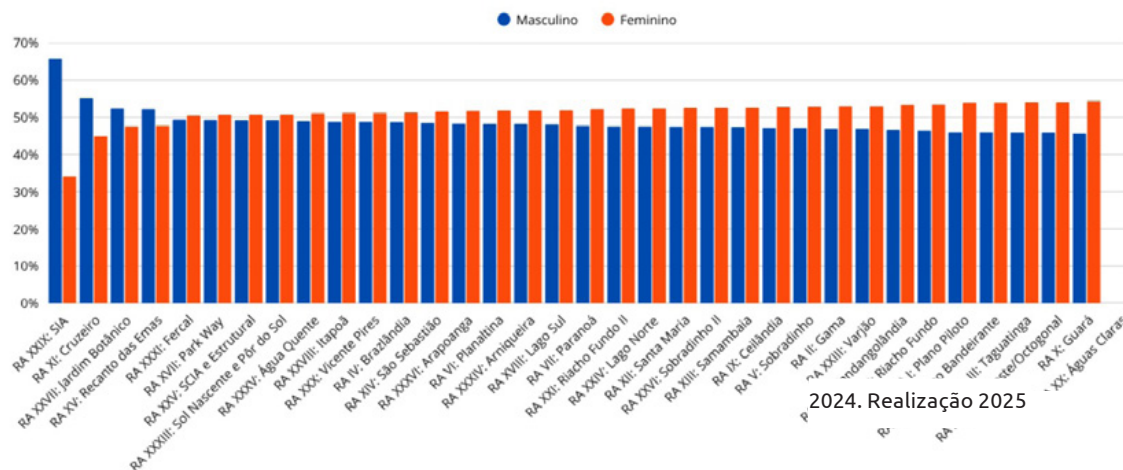
De acordo com a Agenda 10 (2020), os dados do orçamento público disponibilizados pelo GDF não permitem o monitoramento efetivo de ações de enfrentamento das discriminações, já que não há separação de dados por RA, o que seria fundamental em um território tão desigual. Além disso, também não há dados com marcadores de raça e gênero, o que prejudica o debate público e, por conseguinte, o combate às desigualdades.

Sociedade machista

As mulheres são a maioria na população do Distrito Federal e são também as mais vulnerabilizadas pelo desemprego, por menores salários e por profissões informais. As mulheres negras trabalhadoras domésticas são as que mais utilizam o transporte coletivo e o sistema público de saúde. Todos esses equipamentos públicos têm práticas machistas e estruturam um sistema de violência patriarcal.

Analisando a PDAD/2024 é perceptível que as mulheres continuam sendo a maioria da população, conforme verificado no gráfico a seguir. No entanto, é necessário destacar que as políticas públicas, deveriam realizar uma pesquisa com toda a diversidade de gênero, não apenas masculino e feminino, como se fossem blocos monolíticos. A apuração dos dados desagregados por gênero de forma diversa e plural, conforme versa legislações nacionais e distritais, é fundamental para a elaboração de políticas públicas que enfrentem violações de direitos que colocam o Brasil entre os países que mais mata pessoas LGBTQIAPN+.

Distribuição de Gênero por Região Administrativa

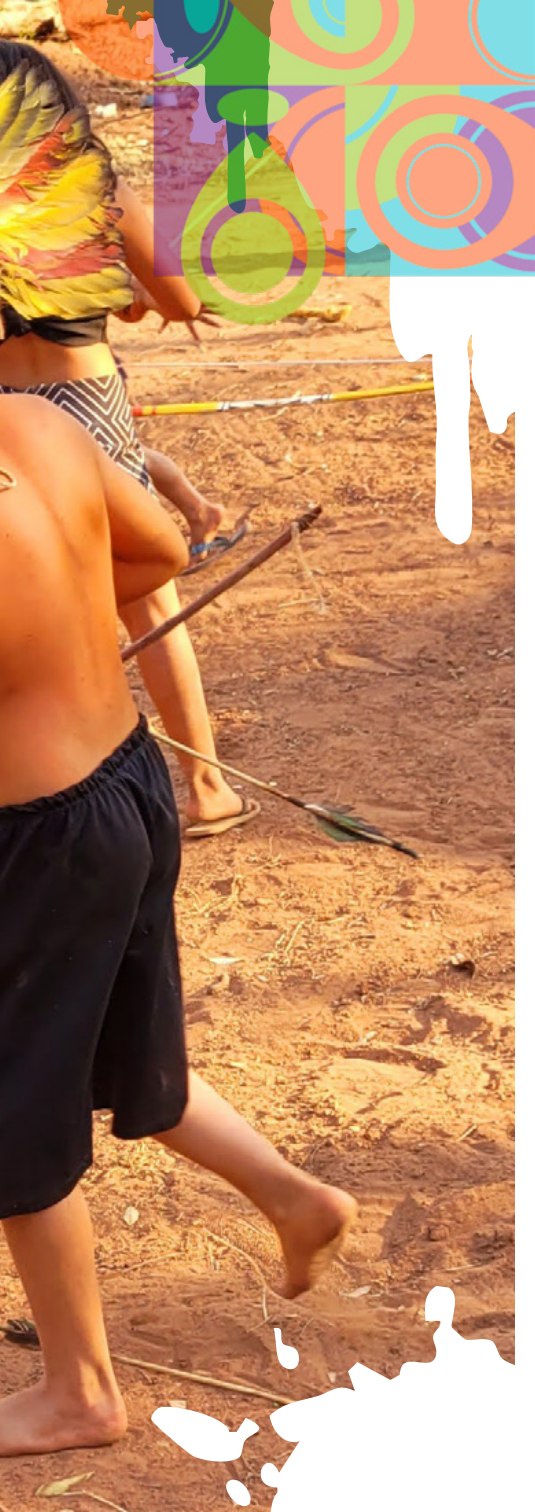


Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2024

Desigualdade racial: segundo dados de 2019 e 2022, a maioria da população do Distrito Federal é negra (pois 57,6% se autodeclararam pretos ou pardos). A desigualdade racial no DF é espacializada: as regiões com maior população negra são as menos assistidas e as que mais sofrem com repressão e violência do Estado. Estrutural e Fercal concentram proporcionalmente as maiores populações negras e apresentam os piores indicadores de infraestrutura, saúde, educação e saneamento.

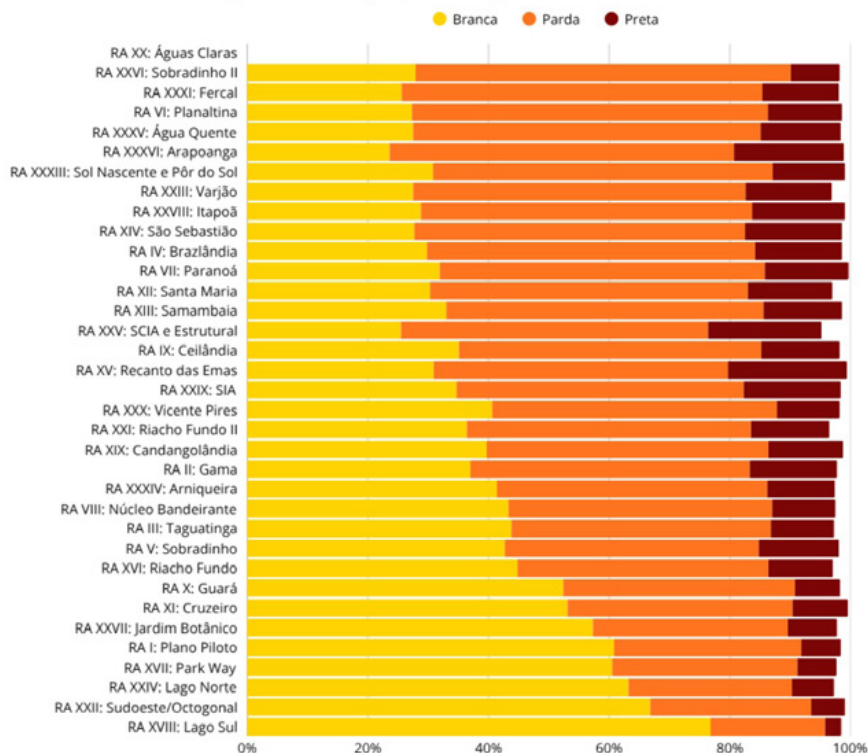


Foto: Victor Queiroz



Dados da PDAD2024 demonstram que a realidade não se alterou. Não há políticas de enfrentamento ao racismo estrutural e as regiões mais negras seguem tendo menor presença efetiva do Estado, ou seja, escassas políticas públicas garantidoras de direitos. Conforme pode-se observar na distribuição populacional por raça no gráfico a seguir, as regiões com maiores rendas e equipamentos públicos como Plano Piloto e Lagos são aquelas com maior concentração de pessoas brancas.

Distribuição de Raça por Região Administrativa



Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2024. Realização 2025

Impacto na saúde e na qualidade de vida: o racismo impacta o acesso e a qualidade dos serviços públicos. Durante a pandemia de Covid-19, a letalidade foi maior entre a população negra. É fundamental a implementação de políticas específicas para esses territórios, incluindo marcadores de raça e gênero no orçamento público.

APORTE

Por Pedro Moraes e Eli José

Foto: Victor Queiroz

Eu sou lombrado, atrasado

Um pobre fardo arrastado, pisando com o
pé descalço

No esgoto, lama e lixo

Eu sou o errado comum

No nosso Estado, mais um: pretinho
doido, favelado

Se piscar, é papum

E me chamaram de macho

Mas eu não sou seu capacho. Parece que
eu sou fácil...

Mas não com a binarização.

O nosso Estado quadrado

Sofre com o povo jogado

Pedindo um pouco de espaço

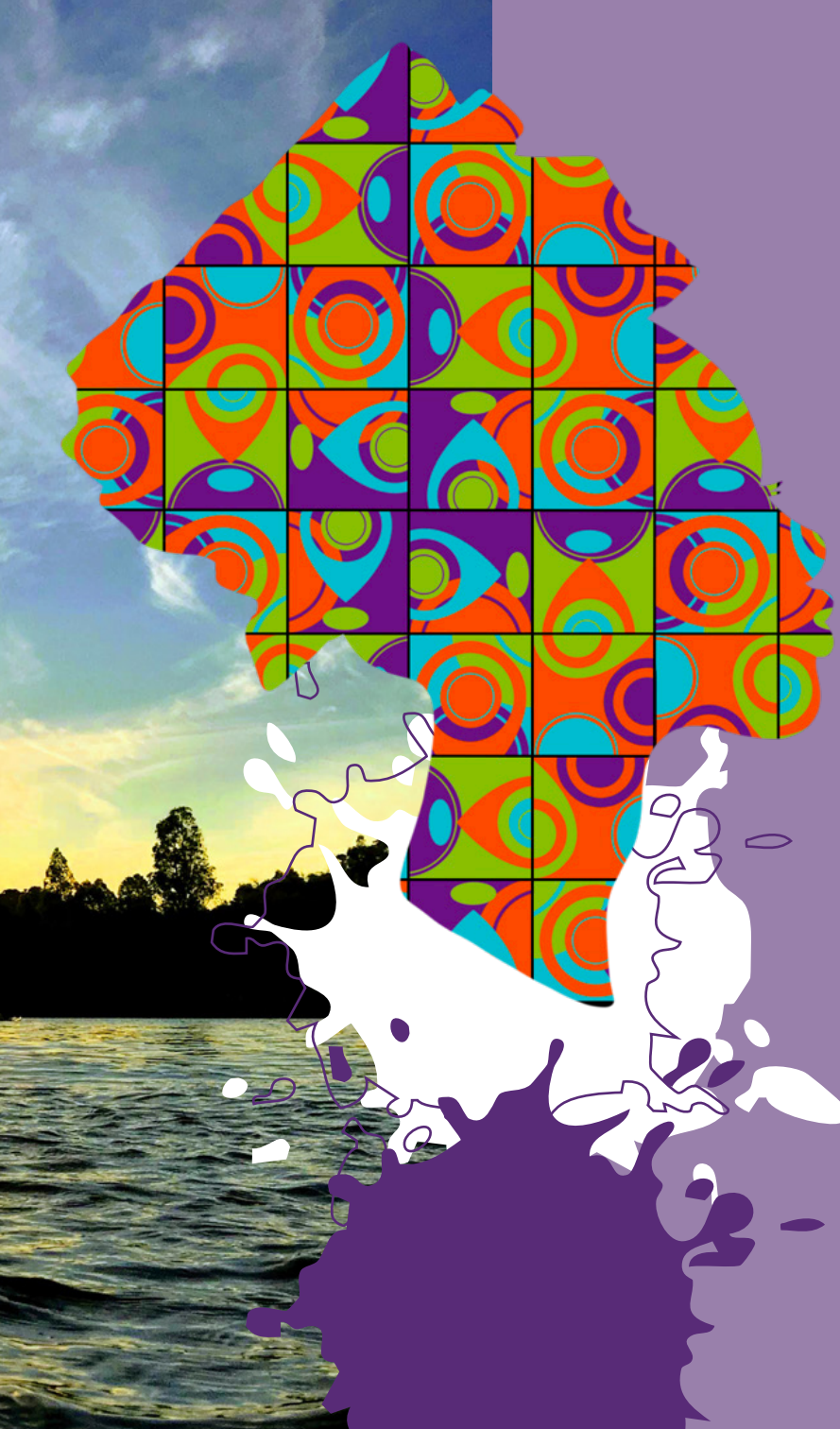
Na saúde e educação.

Eu me cansei da mesma história,

Mas carrego na memória.

Então, vê se não me amola: escuta aí e
pega a visão!





Políticas para a Equidade de Gênero com Orçamento Público no Distrito Federal

Por Maria Juliana Rocha Reis

A maior parte dos projetos financiados com recursos públicos e divulgados no site da Secretaria da Mulher do Distrito Federal (SMDF) está voltada para atividades de trabalho e geração de renda, principalmente nas áreas de estética e cuidado. Isso acaba reforçando os papéis de gênero tradicionalmente atribuídos às mulheres na sociedade. Já cursos e formações em áreas como ciências e tecnologias recebem pouco incentivo. Além disso, é difícil encontrar programas com recursos públicos que valorizem e apoiem os saberes ancestrais.

Apesar desse cenário, a Secretaria de Estado da Mulher afirma que o investimento em políticas públicas para mulheres no Distrito Federal cresceu 743% nos últimos quatro anos. O orçamento da pasta passou de R\$ 10,3 milhões em 2020 para R\$ 86,9 milhões em 2024. Naquele período, a SMDF ofereceu cursos gratuitos na Casa da Mulher Brasileira nas áreas de manicure, pedicure, alongamento de unhas, auxiliar administrativa, cuidadora de idosos, porteira, capoeira, extensão de cílios e design de sobrancelhas, certificando cerca de 6 mil mulheres.

Segundo o Censo de 2022, a Ceilândia é a região administrativa mais populosa do Distrito Federal, com cerca de 287 mil habitantes. Em seguida vêm Samambaia (com aproximadamente 219 mil) e o Plano Piloto (com cerca de 198 mil).

Entretanto, quando se trata de violência contra a mulher, a realidade é bem diferente entre essas regiões. Ceilândia e Samambaia estão nos primeiros lugares em casos de feminicídio, violência doméstica e descumprimento de medidas protetivas. Já o Plano Piloto aparece em posições mais baixas nesses rankings (6º, 10º e 5º lugares, respectivamente). Entre 2015 e 2022, foram registrados:

- 17 feminicídios em Ceilândia;
- 15 em Samambaia;
- 14 em Santa Maria.

No mesmo período, Ceilândia registrou 1.198 casos de violência doméstica; Planaltina, 762; e Samambaia, 761. Quanto ao descumprimento de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, foram 95 casos em Ceilândia, 84 em Samambaia e 79 no Recanto das Emas. São números que mostram que a violência não está apenas ligada ao tamanho da população, mas principalmente à vulnerabilidade socioeconômica de cada região.

Um destaque positivo foi a criação do Observatório de Violência contra a Mulher e o Feminicídio. No entanto, ele ainda enfrenta problemas, como a não sistematização dos casos, pois mistura dados de feminicídios com óbitos masculinos, o que gera dúvidas sobre a confiabilidade das informações.

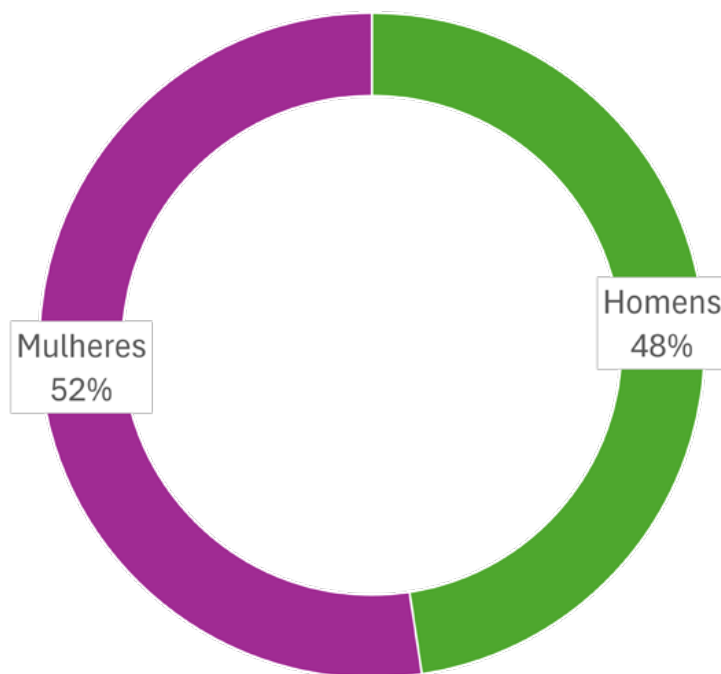
Para que os dados sejam realmente úteis, seria importante que fossem apresentados de forma mais detalhada, separados por regiões administrativas e de modo a considerar apenas os óbitos por feminicídio. Os dados do painel com as informações dos indicadores de acolhimento da SMDF encontram-se, atualmente, de forma genérica e sem indicações suficientes. A postagem referente ao último curso oferecido para a prevenção da violência contra a



mulher, divulgada no Instagram da SMDF, continha comentários de mulheres que não conseguiram se inscrever e não foram respondidas pela página.

A reflexão que fica é que os investimentos sem o planejamento com foco nas reais necessidades das mulheres do Distrito Federal dificilmente impactam as vidas das mulheres no enfrentamento das iniquidades de gênero. Infelizmente, a mulher ainda é vista como força de trabalho, principalmente. A ausência da desagregação dos dados por raça, gênero de forma mais detalhada e não apenas binária e território acaba inviabilizando uma análise mais detalhada sobre como os recursos públicos devem ser usados.

Gráfico Geral de Gênero no Distrito Federal



O Problema dos Dados Binários

Por Nayane Cruz

Olhando os dados da PDAD/2024 sobre gênero, vemos feminino e masculino. Somos milhões de pessoas diferentes e temos apenas dois tipos para a nossa definição. É a binaridade quem diz que a linguagem do poder no mundo todo está dividida, como se tudo fosse contraposto: a luz e a escuridão, o doce e o amargo, o bem e o mal. Existe contraposição entre feminino e masculino? Entre dois pontos existem inúmeras possibilidades. Existem o pôr do sol, o agridoce, o ser humano e não binários também. Existia uma praça vazia na periferia

Só buracos e ferrugem que se viam por lá
As outras opções de lazer eram igreja ou bar
Até que, um dia, mesmo sem saber, um jovem decidiu ocupar

Ressignificou o lugar
Ele só tinha uma caixinha, um sonho gigante
Afinal, é sob pressão que se cria diamante
Agora, existia cultura de graça: 19 horas toda sexta-feira
Numa quebrada que tem menos escolas que biqueiras
Mais presídio que teatro e mais aluno que cadeia
Até o acontecimento que, se não fosse trágico, talvez soasse engraçado
O que aconteceu?
A intervenção do Estado:
6 viaturas, 15 policiais, uma pitada de spray de pimenta
Bate bem com o cassetete
Receita de uma abordagem violenta
Combateram uma gangue de artistas e impediram o tráfico de raciocínio
Mera coincidência ou plano de extermínio? MC Fernandes



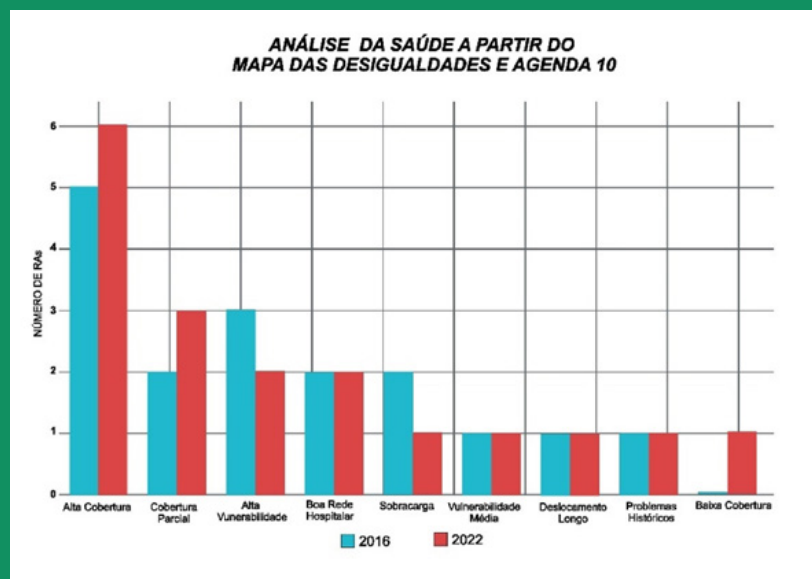
Foto: Victor Queiroz



Análise da Saúde a Partir das Edições Anteriores do Mapa das Desigualdades e da Agenda 10

Por Paulo Souza, Vitor Cardoso, Breno Michael e Pedro Victor

Quando analisamos as edições anteriores do Mapa das Desigualdades (anos de 2016, 2019 e 2022), além da Agenda 10 (de 2020), observamos que ainda há um longo caminho para que a saúde pública do Distrito Federal alcance níveis de excelência. Por exemplo, com base nos dados do Mapa das Desigualdades, fizemos o quadro de referência a seguir, sobre as vulnerabilidades de saúde em regiões do DF, considerando os dados de 2016 e 2022.



Dentre as deficiências que comprometem a oferta de um atendimento digno, destaca-se que a principal reclamação é a falta de profissionais e de condições adequadas de funcionamento, mais do que a ausência de novos postos. Falta humanização e sobra concreto. Além disso, há grande concentração de equipamentos de saúde no Plano Piloto.

Outro fator identificado nas consultas é a percepção de que “tem, mas não é suficiente”. Poucas regiões administrativas do DF possuem hospitais, e mesmo nelas há queixas de que apenas a metade das áreas hospitalares está em funcionamento (muitas vezes, de forma precária). Os poucos postos de saúde e UPAs existentes nessas regiões enfrentam dificuldades para operar plenamente. Faltam diversas especialidades médicas, equipamentos, medicamentos e centros de apoio, como o Caps.

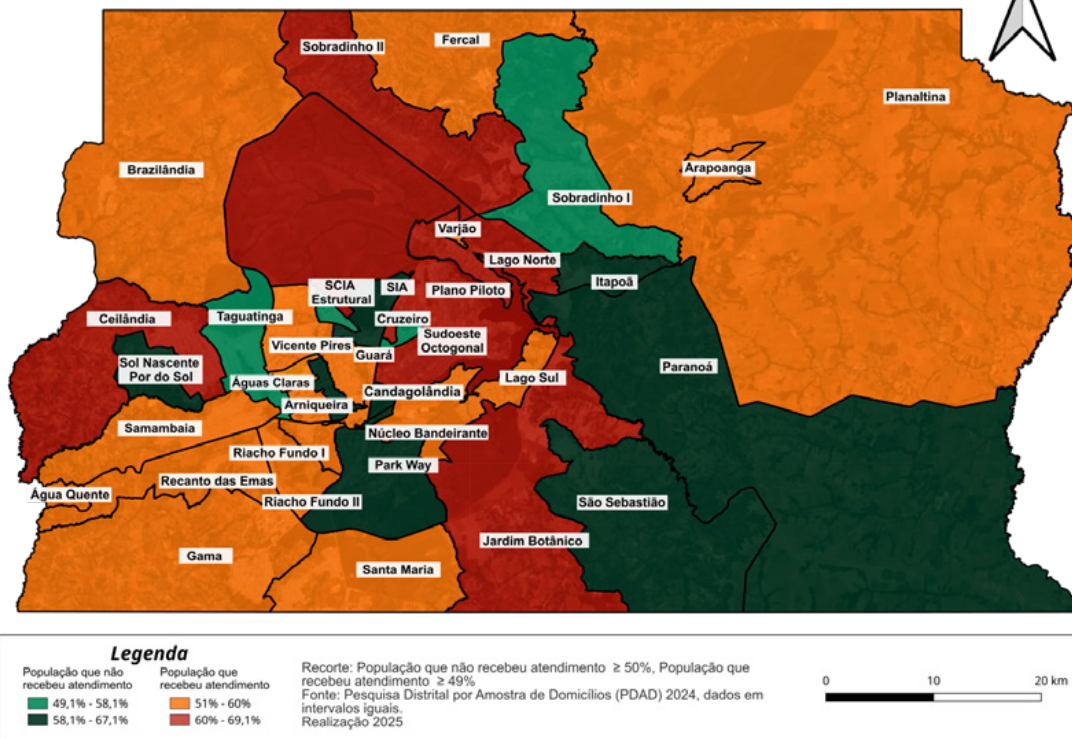
Ainda no que se refere à oferta precária de serviços, constata-se que o atendimento é apenas parcial. Na Estrutural, por exemplo, moradores relatam a ausência de plantões e de atendimento do Samu nos fins de semana. Nem mesmo no Guará, região mais próxima e de referência para esses moradores, há cobertura adequada de sexta a domingo.

As desigualdades no Distrito Federal tornam-se evidentes quando se observa que, embora a população do Plano Piloto utilize menos os postos de saúde em comparação com outras regiões, é também a que menos precisa se deslocar para ser atendida em outras localidades. O apartheid social amplia cada vez mais as desigualdades, permitindo que quem sempre teve acesso continue a tê-lo e em melhores condições.




Tal segregação fica nítida ao trazer os dados da última PDAD, representados no mapa abaixo, contendo a distribuição de atendimentos por RAs. Percebe-se que nas regiões com menores rendas e maior concentração de pessoas negras, há maior dificuldade em conseguir atendimentos de saúde, visto que a saúde pública é mais precarizada nas periferias, apesar de ser a população que mais a utiliza.

Atendimento de Saúde no último ano por Região Administrativa



No que se refere aos planos de saúde, o abismo é ainda maior: a maioria esmagadora da população do Plano Piloto e de outras áreas nobres sempre possuiu convênio, enquanto nas demais regiões os índices se mantiveram regularmente baixos. As áreas com menor número de equipamentos públicos de saúde coincidem com aquelas onde há menos pessoas com plano privado. Em contrapartida, o Plano Piloto concentra a maioria dos equipamentos, mesmo com uma população majoritariamente usuária de planos particulares.



Em grande parte das regiões administrativas, houve redução no número de pessoas com planos de saúde entre 2018 e 2021. A queda foi mais acentuada no Itapoã, em Sobradinho II e no SIA. Já o acesso cresceu no Lago Sul (onde, em 2021, 91% da população possuía planos de saúde), em Águas Claras e no Park Way. A desigualdade torna-se ainda mais grave quando se considera o contexto da pandemia de Covid-19, período em que o acesso a hospitais foi vital e muitas vezes significou a diferença entre a vida e a morte. Apesar dos impactos causados pela pandemia, sem o Sistema Único de Saúde (SUS), a situação teria sido ainda mais dramática. No entanto, percebe-se um cenário de enfraquecimento do sistema, de acordo com as prioridades políticas do governo vigente. As desigualdades de acesso evidenciam a fragilidade da saúde pública. De um modo geral, as regiões administrativas com menor adesão a planos privados são justamente aquelas que têm menos equipamentos públicos de saúde.

Os estudos analisados também destacam a relação entre insegurança alimentar, planos de saúde, prevenção e tratamento. A pandemia de Covid-19 agravou a sensibilidade do tema, revelando que o direito à alimentação é condição fundamental para uma vida saudável e para a efetividade das políticas de saúde.

A insegurança alimentar no DF apresenta grande disparidade entre as regiões. Conforme a Lei nº 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a segurança alimentar depende do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. No DF, mais da metade dos domicílios da Fercal vive em insegurança alimentar. Os

índices também são elevados no Sol Nascente/Pôr do Sol, Itapoã e Varjão, que se mantiveram em torno de 40%. No Recanto das Emas, em Ceilândia, no Paranoá, no Riacho Fundo II e em Brazlândia, o percentual gira em torno de 30%. Destaca-se o caso de Brazlândia, tradicional produtora de alimentos, onde um terço dos domicílios enfrenta insegurança alimentar. Na outra ponta, Guará, Plano Piloto, Lago Norte, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal e Park Way apresentam índices inferiores a 2,5%.

A garantia da segurança alimentar, o acesso ao saneamento básico, as ações de sustentabilidade e o fornecimento de água potável são fundamentais para a prevenção de doenças. A prevenção reduz a superlotação hospitalar, a sobrecarga dos profissionais de saúde e a carência de especialidades. As pesquisas, especialmente a Agenda 10 (de 2020), apontam a necessidade de ações emergenciais, com a garantia imediata de mais investimentos públicos para a saúde pública, focando no combate à Covid-19. Também indicam como objetivo estratégico o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, garantindo sua universalidade, por meio de investimentos contínuos e da participação social. A divulgação desses indicadores e dessas recomendações é essencial, pois orienta as pautas em debate e subsidia reivindicações e ações de incidência política.

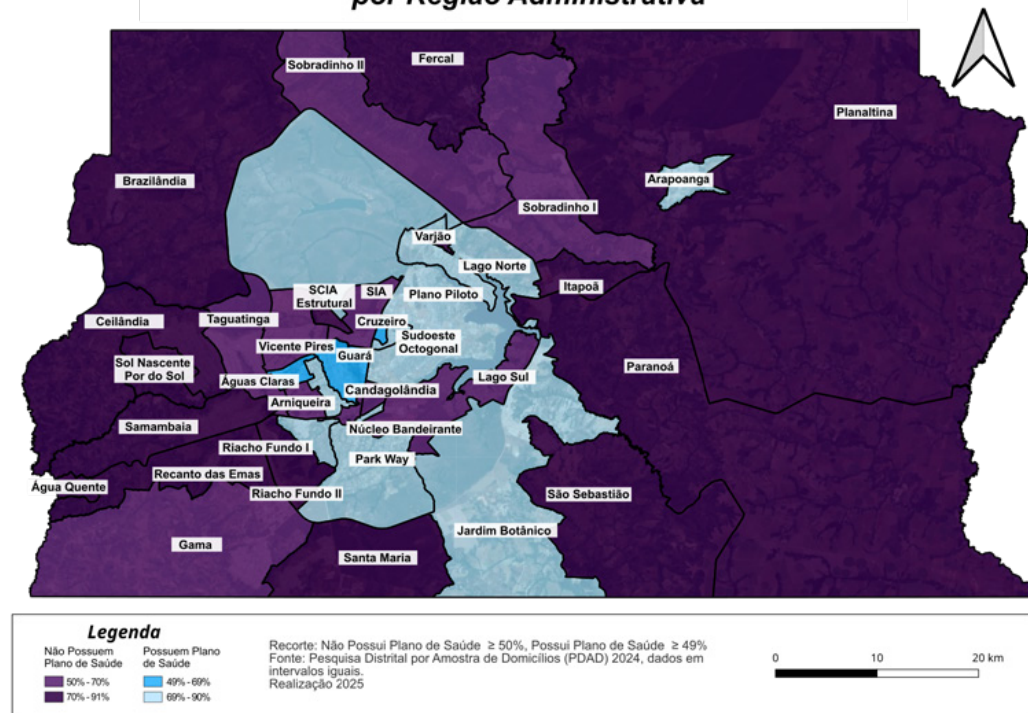
Garantir o acesso é o primeiro passo para solucionar, uma vez que a execução adequada das políticas públicas de saúde exige o direcionamento de mais recursos orçamentários e financeiros para o setor, de forma permanente e estruturante.



PDAD 2024: PERIFERIA SEM ACESSO À SAÚDE

As áreas ricas e brancas das cidades são aquelas cujas populações mais possuem planos de saúde e são as regiões onde mais pessoas tiveram atendimentos nos últimos 12 meses. As regiões mais pobres e negras, igualmente, são aquelas cujas populações possuem pouco ou nenhum plano de saúde e, ao mesmo tempo, tiveram menos atendimentos de saúde nos últimos 12 meses. Em suma, a maior parte da população do DF não possui planos de saúde. Os números em cidades periféricas chegam a 90%. As cidades cujas populações possuem planos de saúde são mais privilegiadas economicamente, principalmente as destacadas com os números acima de 70%.

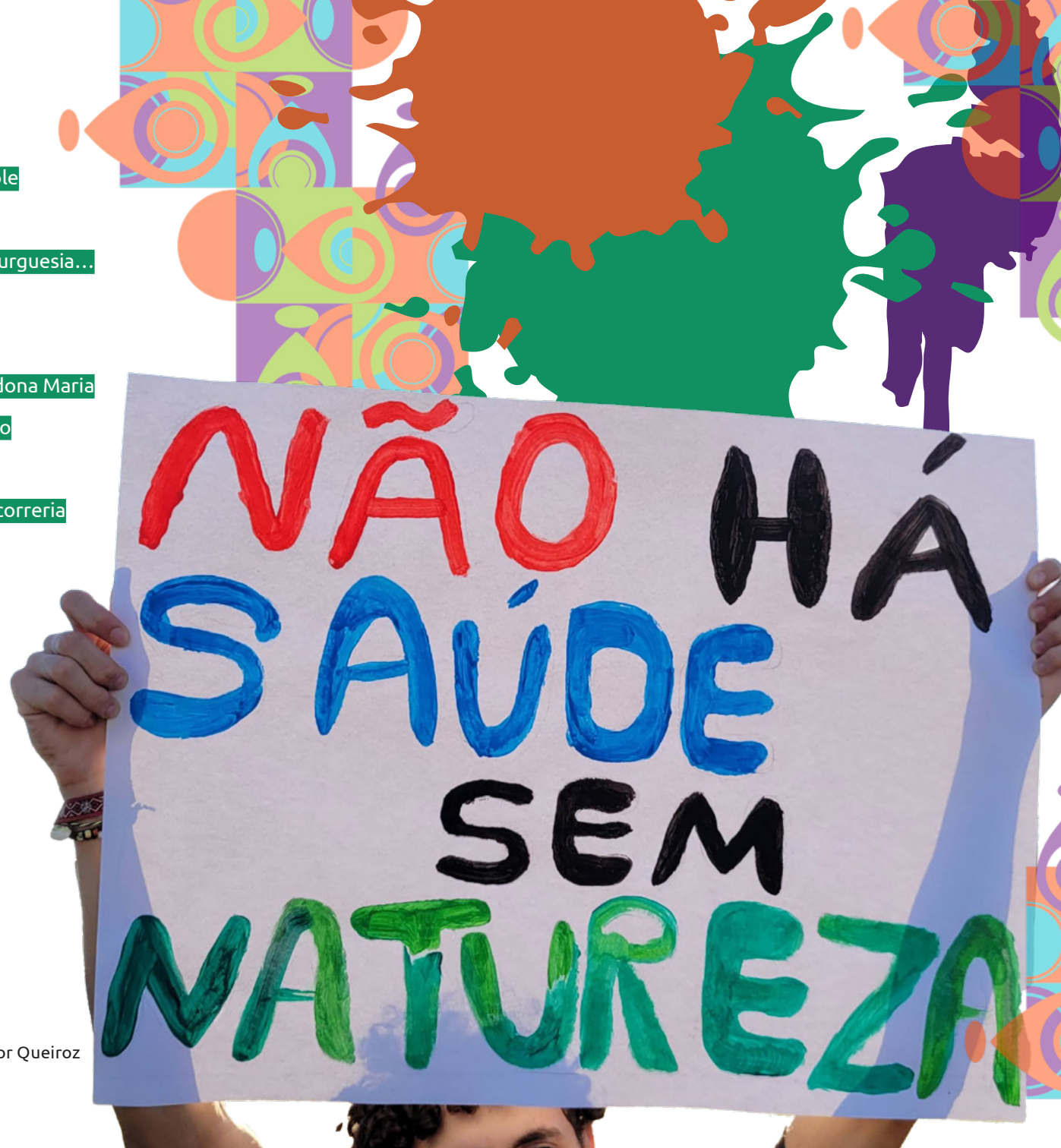
Percentual de posse de Planos de Saúde no Distrito Federal por Região Administrativa



Periferia corre, corre
Come, sofre e morre
A burguesia engole, engole
Engole, engole e sobe
E essa mania de atacar a burguesia...
Parece que eu devia
Ter apreço pelos jão
Mas eu teria, quando foi dona Maria
Que caiu no asfalto aberto
E não teve socorro, não.
E eu poderia deixar essa correria
Adentrar nessa folia
E cair num camburão.
Só que prefiro a ousadia
De acabar com a agonia,
Pedindo a liberdade
Dos irmãos!

Eli José

Foto: Victor Queiroz



de 2016

2017

2018

2019

2020

2021

a 2022

Análise da Educação a Partir das Edições Anteriores do Mapa das Desigualdades e da Agenda 10

Por Bruno Henrique, Bruno Fernandes, Laíz Francisca e Evelyn Oliveira

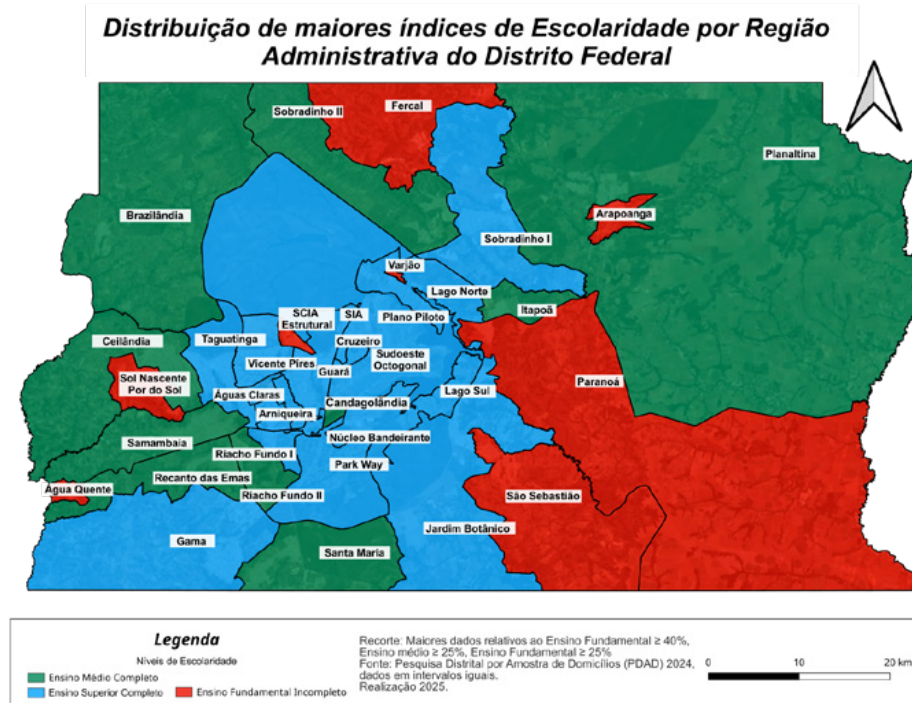
No Mapa das Desigualdades de 2016, percebeu-se que faltavam creches, principalmente na Cidade Estrutural. Para o ensino fundamental, sem as instituições necessárias para o pleno atendimento da população, grande parte dos estudantes se viu obrigada a se deslocar para outras RAs. Além disso, a infraestrutura das escolas e a precariedade eram um problema frequentemente denunciado. Também para as escolas de ensino médio, era denunciado o deslocamento para outras regiões, junto com a falta de investimentos para a mobilidade, sendo que as inúmeras greves dos funcionários do setor de transportes afetaram ainda mais os estudantes. Para além da luta para chegar às escolas, os alunos relatam também o preconceito vindo dos próprios educadores. Em relação aos cursos superiores, a população demonstra uma enorme insatisfação com a quantidade limitada de cursos tanto profissionalizantes quanto de graduação acadêmica, que não são suficientes para atender a comunidade. A taxa de analfabetismo também é algo preocupante, juntamente com o nível geral de escolaridade.

No Mapa das desigualdades de 2019, vimos uma melhoria no aumento de alunos que conseguiam vagas em suas regiões, sem precisar fazer um grande percurso para estudar, mas o número ainda continuava repleto de desigualdades. As melhorias percebidas eram importantes; porém, muito pequenas ainda em relação ao necessário e ainda muito desiguais.

Na Agenda 10 (de 2020), publicada durante a pandemia, destaca-se principalmente a falta de acesso à tecnologia nas áreas rurais e periféricas durante a pandemia de Covid-19. Há também o apontamento em relação à possibilidade de que a falta de acesso aumente e vitalize as desigualdades na educação de crianças e adolescentes durante aquele período, quando o setor educacional demandou a utilização da internet como principal recurso para o ensino remoto.

No Mapa das Desigualdades de 2022, alguns temas já haviam sido abordados antes, como a falta de acesso regular de estudantes à internet, a dificuldade de conquista de vagas na mesma cidade onde se mora e o menor nível de escolaridade em áreas marginalizadas. A publicação chama a atenção para a desvalorização e a marginalização das escolas públicas e a má distribuição de vagas para onde há estudantes negros de baixa renda e maior demanda de escolas públicas, o que evidencia o racismo estrutural e institucional. Além disso, não notamos nada sendo feito para reverter tais desigualdades.

A pandemia agravou a já precária educação pública, que no Distrito Federal vem sendo sucateada em todos os seus insumos. A maioria dos professores têm vínculo temporário, faltam concursos para que haja uma mudança efetiva neste quadro, garantindo continuidade do trabalho e maior autonomia. Há falta de salas de aula adequadas nas periferias, escolas funcionando em condições precárias, alimentação escolar sucateada. E como se pode observar no mapa de distribuição dos índices de escolaridade, de acordo com a PDAD/2024, há uma enorme parcela da população, especialmente periférica, com apenas ensino fundamental incompleto, e na outra ponta, nas regiões mais brancas e endinheiradas, maioria com curso superior, como no Plano Piloto e lagos.



A photograph of a young man with curly hair, seen from the side, playing a flute. He is wearing a light-colored t-shirt. The background is a sunset sky with orange and yellow clouds, and a utility pole is visible. The image is overlaid with large, abstract orange paint splatters that frame the text on the right.

ENSINO DO APARTHEID

Por Pedro Victor Rios

Para os filhos da elite, é escola arborizada, sala climatizada

Estrutura que forma até piloto de foguete da Nasa

Para os filhos da periferia, é escola sucateada

Militarizada, desvalorizada

Falta de estrutura que desmotiva na educação básica

Dados da PDAD de 2024 mostram que, em regiões como Água Quente, SCIA e Estrutural, apenas 7% da população em idade de formação possui o ensino superior completo, enquanto, em regiões como Sudoeste/Octogonal e Lago Sul, 80% possuem o ensino superior completo.

Para eles, na frequência escolar não falta motivação

Quadra poliesportiva coberta, laboratório de informática, natação

Foto: Victor Queiroz

Biblioteca, idiomas, criança de 5 anos pelos lados de lá, se pá, fala até alemão

Para nós, às vezes, é a refeição do dia que na chamada da professora nos faz levantar a mão

Em regiões periféricas, como Sol Nascente/Pôr do Sol e Varjão, 60% das pessoas com idades entre 4 e 24 anos frequentam a escola. Nessas mesmas regiões, dados sobre alfabetização mostram que 8% da população não é alfabetizada.

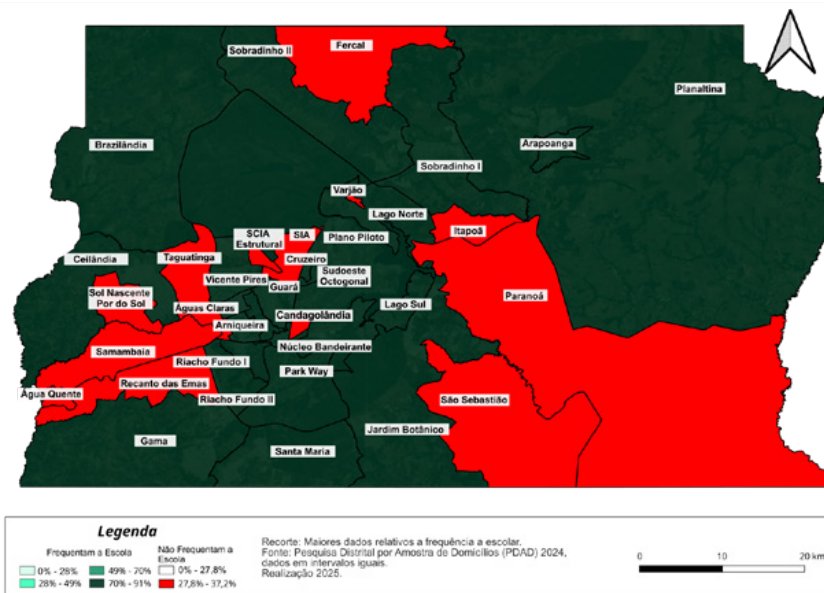
Por fim, só tenho a concordar com o Darcy Ribeiro, com um acréscimo, que um dia disse assim, no papo reto: "A crise da educação [dos meus] no Brasil não é uma crise, é um projeto".

Reforçando o Apartheid, o mapa sobre frequência escolar, PDAD/2024, apresenta as regiões periféricas como os locais com maior número de pessoas em idade escolar que não frequentam a escola, como Itapoã, Água Quente, Fercal, Estrutural, em oposição aos lagos e Plano Piloto.

Pontos críticos da desigualdade na educação:

- Falta de unidades (creches, ensino fundamental, médio e superior).
- Precariedade das unidades existentes.
- Influência forte da mobilidade (ou da falta dela) no acesso às escolas.
- Intimidação e despreparo do corpo docente.
- Nível de escolaridade baixo em RAs periféricas.
- Alta taxa de analfabetismo fora do Plano Piloto.
- Desigualdade no acesso à internet como auxílio para estudantes.
- Desvalorização da educação.
- Falta de interesse político no incentivo à educação fora do Plano Piloto.
- Maior porcentagem de evasão escolar nas periferias por conta do acesso difícil.
- Vagas insuficientes.
- Racismo estrutural e institucional.

Níveis de Frequência Escolar no Distrito Federal por Região Administrativa



de 2016

2017

2018

2019

2020

2021

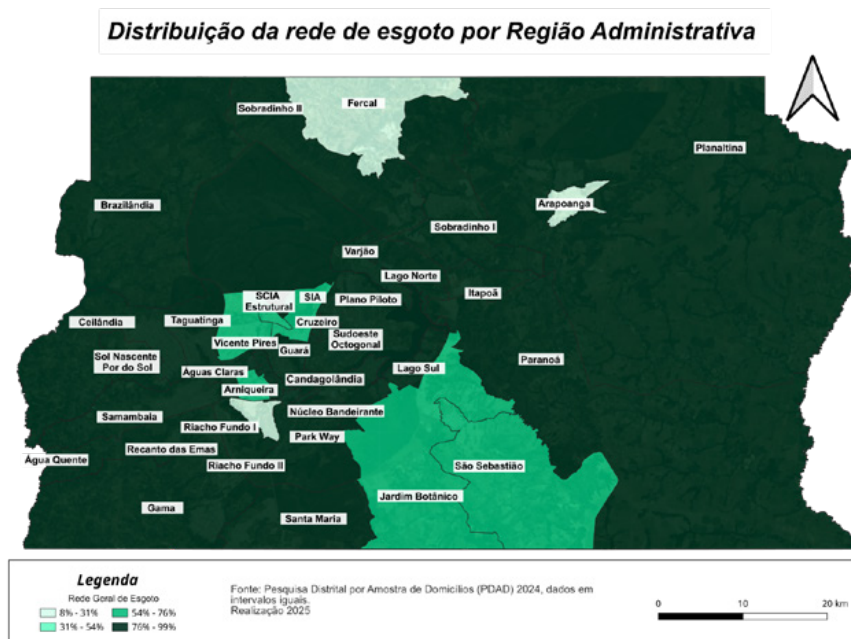
a 2022

Análise do Saneamento Básico a Partir das Edições Anteriores do Mapa das Desigualdades e da Agenda 10

Por Paulo Souza, Vitor Cardoso, Breno Michael e Pedro Victor

Quando consultamos a evolução dos dados referentes a quesitos como saneamento básico, esgoto tratado, resíduos sólidos e água, constatamos que regiões como a Fercal e a Estrutural apresentam grande carência de saneamento básico. Os dados do Mapa das Desigualdades de 2016 e 2022, além das informações da Agenda 10, de 2020, confirmam essa situação. As desigualdades sociais continuam se expressando espacialmente: regiões administrativas de maioria branca possuem atendimento pleno dos serviços de saneamento, enquanto as de maioria negra têm cobertura parcial e precária. Na Fercal, por exemplo, apenas uma em cada cinco moradias possui esgoto tratado, enquanto no Plano Piloto e no Sudoeste o índice chega a cem por cento. Entre 2018 e 2021, nada mudou na Fercal. Em São Sebastião e no Paranoá, houve um retrocesso, possivelmente devido à expansão urbana, não acompanhada por políticas públicas adequadas de saneamento.

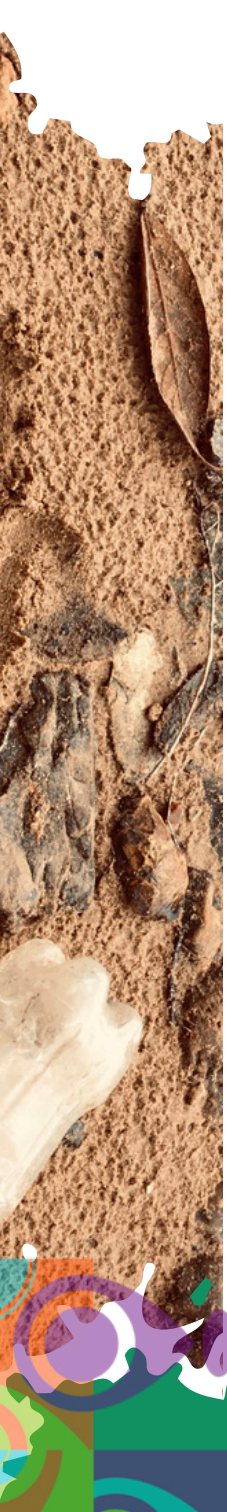
E em 2024, a PDAD traz números que reforçam esta realidade, não houve investimento na ampliação da rede de esgoto nestas regiões, que continuam com uma rede escassa, que não atende a população dessas regiões, conforme constata-se no mapa sobre a distribuição da rede de esgoto.



Nos temas relacionados às desigualdades econômicas, os indicadores mostram que as populações pertencentes às chamadas “classes mais baixas” são as que proporcionalmente mais contribuem com o Estado, principalmente por meio dos impostos. Além disso, são as que menos recebem retorno em forma de serviços públicos. A arrecadação está em dia, mas a coleta seletiva continua em falta. Essa desigualdade se evidencia, por exemplo, no fato de que a cidade com o maior

número de cooperativas de catadores é justamente a que menos recebe coleta seletiva oferecida pelo GDF. Na Estrutural, menos de um terço dos domicílios é atendido. Apesar do crescimento dessa política entre 2018 e 2021, na Estrutural o número de domicílios atendidos permaneceu praticamente o mesmo. Já na Fercal houve uma leve queda. A coleta seletiva também diminuiu em Vicente Pires e em Planaltina, o que agrava os indicadores de desigualdade.

Foto: Victor Queiroz



As periferias continuam liderando os rankings das desigualdades. Estrutural, Samambaia, São Sebastião e Itapoã são as regiões com maior número de ruas alagadas, enquanto o Plano Piloto aparece no extremo oposto. Além disso, o local onde o lixão foi fechado em 2016 (Estrutural) e o local onde foi construído o aterro (Samambaia) são justamente os que mais registram descartes irregulares de entulhos.

O padrão das desigualdades se repete: as regiões negras e de baixa renda concentram as populações com menor acesso à água tratada. Fercal, São Sebastião e Estrutural possuem abastecimento abaixo de 80%. Na Estrutural, especialmente na Chácara Santa Luzia, moradores ainda precisam buscar água em chafarizes, carregando latas. Essas regiões também apresentam menos coleta de resíduos, mais esgoto a céu aberto e menor oferta de água tratada.

A falta de esgotamento sanitário adequado expõe a população a doenças que comprometem a qualidade de vida e ameaçam a sobrevivência. O índice de descarte de resíduos em locais impróprios chega a 46% no Paranoá e 39% na Estrutural, enquanto é nulo em áreas como Lago Sul, Sudoeste e Octogonal. A presença de entulho nas proximidades dos domicílios segue o mesmo padrão: supera 40% em Samambaia (49,2%), Estrutural (49,2%), Fercal (44,7%) e Varjão (42,8%), mas é muito menor em Águas Claras (15,2%), Plano Piloto (12,1%), Sudoeste/Octogonal (8,4%), Lago Norte (7,2%) e Lago Sul (6,2%). O esgoto a céu aberto atinge 31,8% dos domicílios da Fercal e 25,2% da Estrutural, enquanto em Águas Claras, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal e Park Way o índice é zero.

A pandemia de Covid-19 escancarou as desigualdades no acesso a tais serviços, especialmente nas regiões mais vulneráveis, como Estrutural e Fercal. Enquanto quase todos os domicílios do Sudoeste são atendidos pela rede geral da Caesb, na Fercal apenas 19% têm cobertura. Três em cada dez residências convivem com esgoto a céu aberto. Sobradinho II tem saneamento em menos da metade dos domicílios, enquanto a Estrutural, com 62% atendidos, reforça a urgência de soluções. Apenas um em cada quatro domicílios da Estrutural é atendido pela coleta seletiva, enquanto no Plano Piloto o índice é de oito em cada dez e, em Águas Claras, de 85%.

O sistema de abastecimento do Distrito Federal ainda raciona o acesso. Regiões como Lago Sul, Lago Norte, Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal contam com pleno abastecimento de água tratada, rede pluvial em suas ruas principais e altos índices de consumo diário, mas outras áreas estão muito abaixo do recomendado. Sobradinho II e Jardim Botânico têm abastecimento inferior a 90%, enquanto Estrutural (69,9%) e Fercal (63,3%) registram os piores índices. Na Estrutural, apenas um terço das ruas principais possui rede pluvial; na Fercal, apenas um décimo. A desigualdade também se reflete no consumo: cada morador do Lago Sul gasta, em média, 371,33 litros de água por dia, enquanto na Estrutural o consumo é de apenas 61,4 litros. A Estrutural é a única região do DF sem nenhuma unidade de conservação. Também apresenta os menores índices de ruas arborizadas e de frequência a parques e jardins, o que reforça o racismo ambiental em relação ao Plano Piloto.

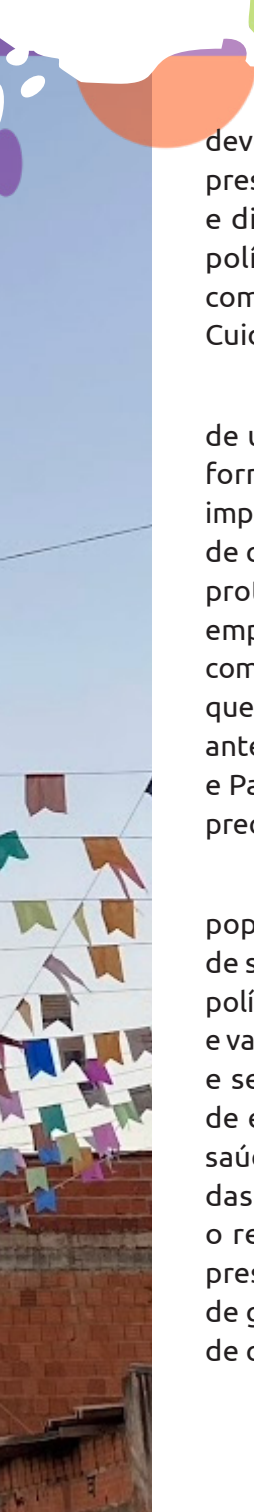
Nos indicadores de saneamento básico e meio ambiente do Mapa das Desigualdades, a soma de domicílios atendidos pelos serviços de água tratada, esgoto e coleta de lixo revela a Estrutural como a região mais vulnerabilizada, com grande quantidade de domicílios próximos a áreas de “bota fora”. São gritantes as disparidades entre Plano Piloto, Sudoeste, Lago Norte e Lago Sul, em comparação com a Estrutural e a Fercal. A Estrutural se destaca negativamente em todos os aspectos: escassez de água tratada, esgoto precário, saúde limitada e grande volume de entulho. A Fercal apresenta os piores índices de esgoto e coleta seletiva, enquanto Sudoeste, Lago Sul e Plano Piloto lideram em infraestrutura, acesso a serviços e quase inexistência de resíduos.

As soluções comunitárias improvisadas são comuns: fossas rudimentares estão presentes em 17 de cada 100 domicílios da Fercal e em 13 de cada 100 da Estrutural, o que aumenta os riscos sanitários. É essencial garantir a participação plena da sociedade nas decisões que impactam a vida das populações locais, mas o que se observa é um distanciamento entre o Estado e as comunidades. Um exemplo é a população de Samambaia, que expressa preocupação com os impactos do futuro Aterro Sanitário de Brasília e relata falta de informações sobre o seu funcionamento, o tipo de material que será destinado ao local e o papel dos catadores na operação.

Práticas de higiene e hidratação são fundamentais para a prevenção e o tratamento de doenças, mas dependem diretamente do acesso à água potável. O objetivo dos sistemas de abastecimento



Foto: Bruna Rodrigues



deve ser garantir água em quantidade suficiente e com pressão adequada, assegurando captação, tratamento e distribuição eficientes. A execução correta dessa política melhora a qualidade de vida e reduz gastos com internações decorrentes de causas como diarreia. Cuidar do saneamento é cuidar da saúde coletiva.

Os indicadores apontam a necessidade urgente de universalizar a coleta seletiva em todo o DF como forma de reduzir desigualdades. Essa política deve ser implementada, com a contratação formal e regularizada de cooperativas de catadores, de maneira a garantir a proteção ambiental, a equidade social e a geração de emprego e renda. A Estrutural é a região administrativa com maior número de cooperativas de catadores, sendo que o número vem crescendo, inclusive em regiões onde antes não existiam, como Cruzeiro, Núcleo Bandeirante e Paranoá. Embora tímido, trata-se de um avanço que precisa ser acompanhado nas próximas séries históricas.

É fundamental propor soluções que incluam a população nas decisões para enfrentar os problemas de saneamento, esgoto e abastecimento de água. Tais políticas, além de fortalecerem a coleta seletiva, geram e valorizam empregos, promovendo a circulação de bens e serviços na comunidade. O tratamento adequado de esgoto, água e resíduos sólidos é essencial para a saúde pública, para a economia local e para a redução das desigualdades. A coleta seletiva contribui para o reaproveitamento e a reciclagem de materiais, a preservação ambiental e o equilíbrio ecológico, além de gerar emprego e renda, por meio das cooperativas de catadores.

A Agenda 10 (2022) reforça essas diretrizes, propondo ações emergenciais e objetivos estratégicos para as áreas de resíduos sólidos, tratamento de esgoto e água. Entre as principais medidas estão as seguintes: garantir a coleta seletiva em todas as regiões administrativas, por meio de cooperativas; assegurar que a rede pública de esgoto atenda a domicílios com esgoto a céu aberto e fossas rudimentares; e ampliar o abastecimento de água potável pela via da rede da Caesb para, no mínimo, 90% dos domicílios da Estrutural, da Fercal, do Jardim Botânico e de Sobradinho II.

Análise para além dos dados (sociais e políticos): há desigualdades no acesso ao esgotamento sanitário, mesmo que haja boa cobertura. Algumas cidades não têm esgotamento, mas possuem outras formas de acesso. A falta de esgotamento afeta intensamente as cidades mais pobres. A falta de esgotamento muda de RA para RA. Em sua maioria, no território do DF, a cobertura está acima de 70%, mas é necessária uma melhoria nas demais regiões, além de regularização desse esgoto, inclusive no Park Way e no Jardim Botânico. A situação mais crítica atualmente está na Fercal e em Água Quente.

A coleta direta do lixo cobre quase o território inteiro do DF, sendo que os dados de cobertura do serviço estão acima de 90%. A porcentagem é bastante alta; porém, existem algumas regiões que são críticas em relação à coleta. A falta da coleta seletiva em territórios como, por exemplo, São Sebastião, SIA e Estrutural está em níveis mais preocupantes, assim como no Sol Nascente/Pôr do Sol, em Água Quente e na Fercal, que aparecem como as regiões com mais baixa cobertura dos serviços de coleta de lixo.

PDAD 2024: POLÍTICA DE SANEAMENTO NO DISTRITO FEDERAL

Por Vitor Cardoso

A análise dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2024 revela profundas desigualdades no acesso a serviços de saneamento básico no Distrito Federal. Foram avaliados principalmente os indicadores de esgotamento sanitário (rede geral) e de coleta de lixo (direta, seletiva, privada, indireta e descarte em local impróprio).

Inicialmente, ao se observar o esgotamento sanitário, percebem-se evidentes desigualdades. As regiões administrativas (RAs) mais nobres apresentam taxas muito altas de cobertura de rede de esgoto (em alguns casos, superiores a 98%). Há também os casos de regiões administrativas que, por meio de suas mobilizações, conquistaram esse direito, como Ceilândia, Cruzeiro, Samambaia e Recanto das Emas. Por outro lado, algumas RAs periféricas ou com características rurais mostram índices extremamente baixos, como Fercal (8%) e Água Quente (7,8%). Esse contraste evidencia a concentração da infraestrutura nas áreas centrais, o que deixa populações vulneráveis expostas a maiores riscos ambientais e de saúde.

A coleta direta é amplamente predominante no DF, pois atinge níveis próximos de universalização em diversas RAs (acima de 95%). No entanto, a coleta seletiva apresenta grande disparidade: regiões como Plano Piloto e Lago Sul possuem taxas acima de 80%, enquanto em áreas periféricas, como Água Quente e Sol Nascente/Pôr do Sol, o índice é inferior a 20%. Além disso, o descarte em locais impróprios ainda é significativo em algumas regiões, como no SCIA/Estrutural e no Sol Nascente/Pôr do Sol, o que reflete a ausência de infraestrutura adequada e práticas consolidadas de gestão de resíduos.

Podemos agora observar alguns padrões. A desigualdade territorial é evidente: regiões mais centrais e de maior renda contam com saneamento consolidado, enquanto áreas periféricas sofrem com baixa cobertura de esgoto e maior prevalência de descarte irregular. A coleta seletiva, embora presente, está fortemente associada a fatores socioeconômicos, o que indica a necessidade de políticas públicas que não apenas ampliem a infraestrutura, mas também promovam a inclusão social e a educação ambiental.



Recomendações

- Priorizar a expansão da rede de esgoto em áreas críticas (Fercal, Água Quente).
- Intensificar a fiscalização e oferecer alternativas ao descarte inadequado, com pontos de entrega voluntária e campanhas locais.
- Ampliar programas de coleta seletiva em regiões periféricas, fortalecendo as cooperativas de catadores.
- Integrar políticas de saneamento com educação ambiental e inclusão social, de modo a reduzir as desigualdades estruturais.



Foto: Victor Queiroz



O Movimento Continua

Por Micaele Melo

Sem o real incentivo é foda de sustentar

Não é fácil, mas nós cola em todo lugar

Que a perifa movimenta não é novidade

Tirando nossos irmãos da criminalidade

*Resgatando nossa história com as próprias
mãos*

Construindo esse castelo, partindo do chão

E se é de barro a pisada é ritmada

Pisamos nesse chão até de madrugada

O “nós por nós” é o maior incentivo

Ocupando a cidade no modo intuitivo

Levando o lazer que o nosso povo merece

Reforçando a luta, firmados nessa prece

Eu tô correndo pra conhecer minha história

*Trampando pra não ser a que ficou só na
memória*

Mas antes de lutar, saber quem é o inimigo

*Somente em coletivo um sonho permanece
vivo*

Foto: Victor Queiroz

de 2016

2018

2020

a 2022

2017

2019

2021

Análise da Infraestrutura a Partir do Mapa das Desigualdades e da Agenda 10

Por Sara Lisboa, Nayane Cruz, Maria Juliana Rocha Reis e Micaele Melo

A análise da infraestrutura no Distrito Federal evidencia profundas desigualdades territoriais, sociais e raciais, que persistem, apesar dos recursos financeiros significativos destinados a políticas públicas. A distribuição desigual de investimentos, a execução parcial de obras e a deficiência nos serviços de transporte coletivo reforçam barreiras físicas e simbólicas, limitando o acesso a oportunidades de trabalho, educação e lazer. Além disso, a precariedade de calçadas, ciclovias, saneamento básico e pavimentação agrava a segregação social, impactando especialmente as populações periféricas, negras e vulneráveis. Tais elementos demonstram que a mobilidade urbana não é apenas uma questão de transporte, mas um indicador central de equidade, inclusão e qualidade de vida no DF.

Infraestrutura e segurança pública: em 2016, o Plano Piloto possuía três vezes mais equipamentos de segurança pública do que Samambaia, que, por sua vez, tinha o dobro de São Sebastião, seguido pela Estrutural. Apesar do menor número de equipamentos em certas regiões, o número de crimes é inversamente proporcional, sendo as áreas com menos infraestrutura as que mais sofrem com a violência. Fatores como falta de iluminação pública e desemprego, que são mais altos nessas regiões, contribuem para a insegurança.

Percepção da polícia: em 2019, o documento destaca que, embora o Plano Piloto seja a região mais bem servida de equipamentos de segurança, os moradores de áreas como o Itapoã, que tem apenas 14% da população próxima a esses equipamentos, sentem mais fortemente a presença policial, que é frequentemente percebida como repressiva. Há relatos de abordagens violentas, especialmente contra a juventude negra, em áreas mais pobres.

Desigualdade e violência: a violência é maior em regiões com padrões de desigualdade de raça, renda e infraestrutura. Os dados de 2022 mostram que, enquanto os maiores índices de homicídio e feminicídio se concentram nas periferias, o Plano Piloto lidera o ranking de crimes de racismo, o que sugere que o acesso a políticas públicas não elimina o caráter classista e racista da capital.

Territórios negros e ausência do Estado: a Estrutural e a Fercal são as regiões com maior população negra proporcionalmente e concentram os piores indicadores em diversas áreas. Tais regiões carecem de infraestrutura básica, como saneamento, calçadas, postos de saúde e vagas em escolas. Essa ausência do Estado é sentida mesmo com a população negra e de baixa renda contribuindo com mais impostos.

Coletas desiguais: a coleta seletiva é apontada como mecanismo para reduzir o racismo ambiental. No Lago Sul, não há descarte inadequado de resíduos, enquanto no Paranoá esse índice é de 46% e, na Estrutural, 39%. O descarte de entulhos próximo às residências chega a 49,2% em Samambaia e na Estrutural, contra 6,2% no Lago Sul (INESC, 2021).



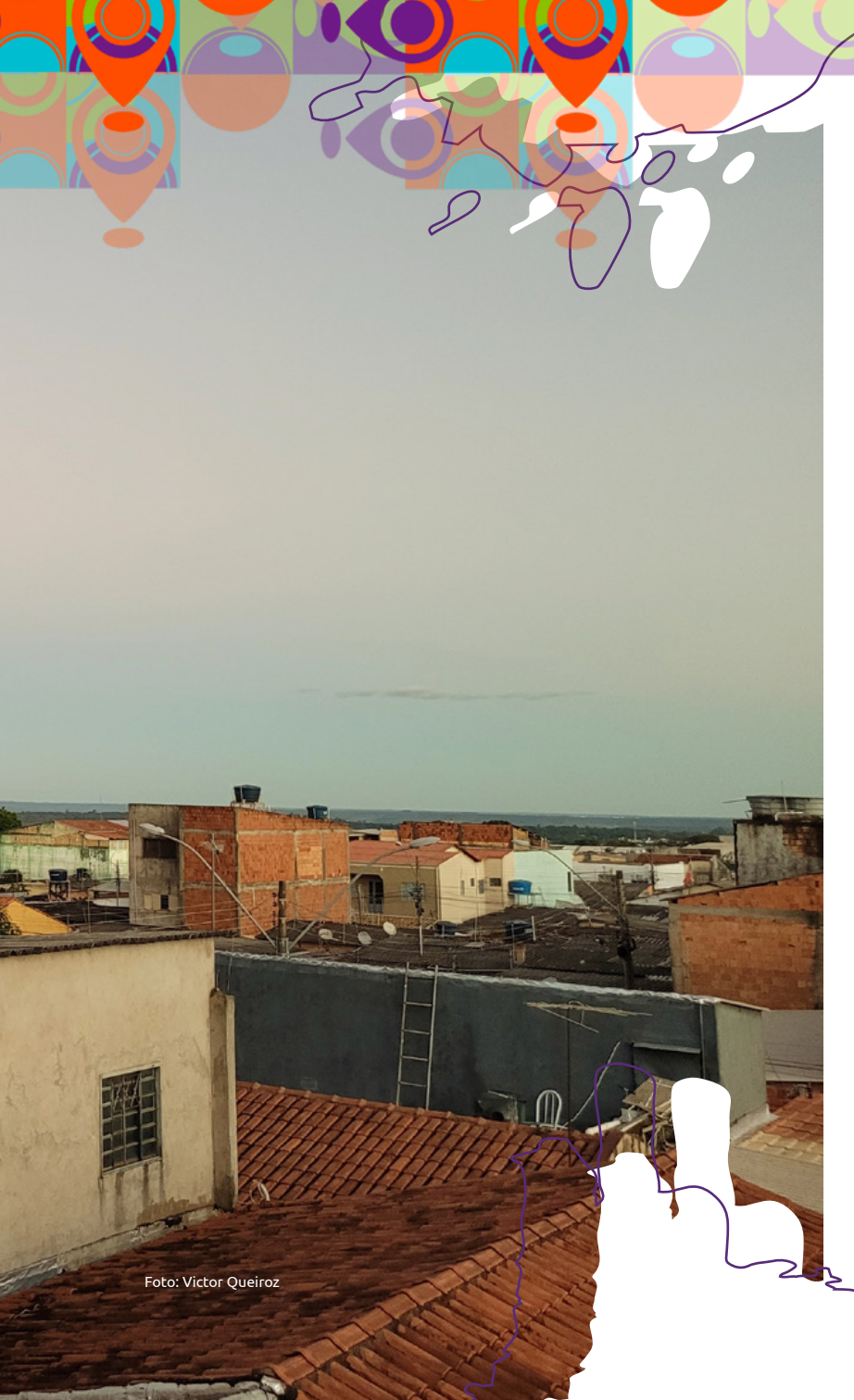


Foto: Victor Queiroz

Saneamento: quanto ao saneamento básico, na Fercal, 17% das residências possuem fossas rudimentares e 31,8% convivem com esgoto a céu aberto. Na Estrutural, esses índices são de 13% e 25,2%, respectivamente.

Pavimentação: em relação à pavimentação, a Estrutural apresenta o maior índice de ruas esburacadas: 55% em 2018, contra 15% no Plano Piloto.

Cultura, esporte e lazer: no Mapa das Desigualdades de 2016, a principal pauta foi a falta de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer. A população precisa se deslocar de suas regiões para o Plano Piloto para acessar equipamentos como museus, teatros, bibliotecas, cinemas, shows e atividades esportivas. Além disso, há falta de apoio a equipamentos autônomos de cultura e pouca distribuição de recursos para fora do Plano Piloto. A distância de parques e centros culturais em relação aos domicílios também é um problema. A Agenda 10 (2020) abordou a importância da cultura na vida das pessoas durante a pandemia de Covid-19 para combater as consequências daquele período. Pontua ainda que, mesmo com suas falhas na distribuição de recursos, o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) ainda é uma conquista da população e que é necessário buscar maior democratização de espaços culturais e investimentos.

Mapa das Desigualdades (2022): faltam políticas públicas que garantam o acesso da população à cultura de forma mais fácil. Grandes empecilhos são a difícil mobilidade em áreas periféricas, tarifas altas de transporte, a falta de infraestrutura e a baixa disponibilidade de transporte nos finais de semana. A centralização das políticas de cultura é o principal estímulo às desigualdades no acesso a ela.

E a PDAD/2024 apresenta dados sobre a situação mais recente, sobre a distribuição de equipamentos de lazer e cultura, onde percebe-se que nada ou quase nada foi feito para reduzir as desigualdades entre as regiões, conforme o mapa sobre a distribuição da infraestrutura urbana das diferentes regiões administrativas.

Distribuição de infraestrutura urbana por Região Administrativa

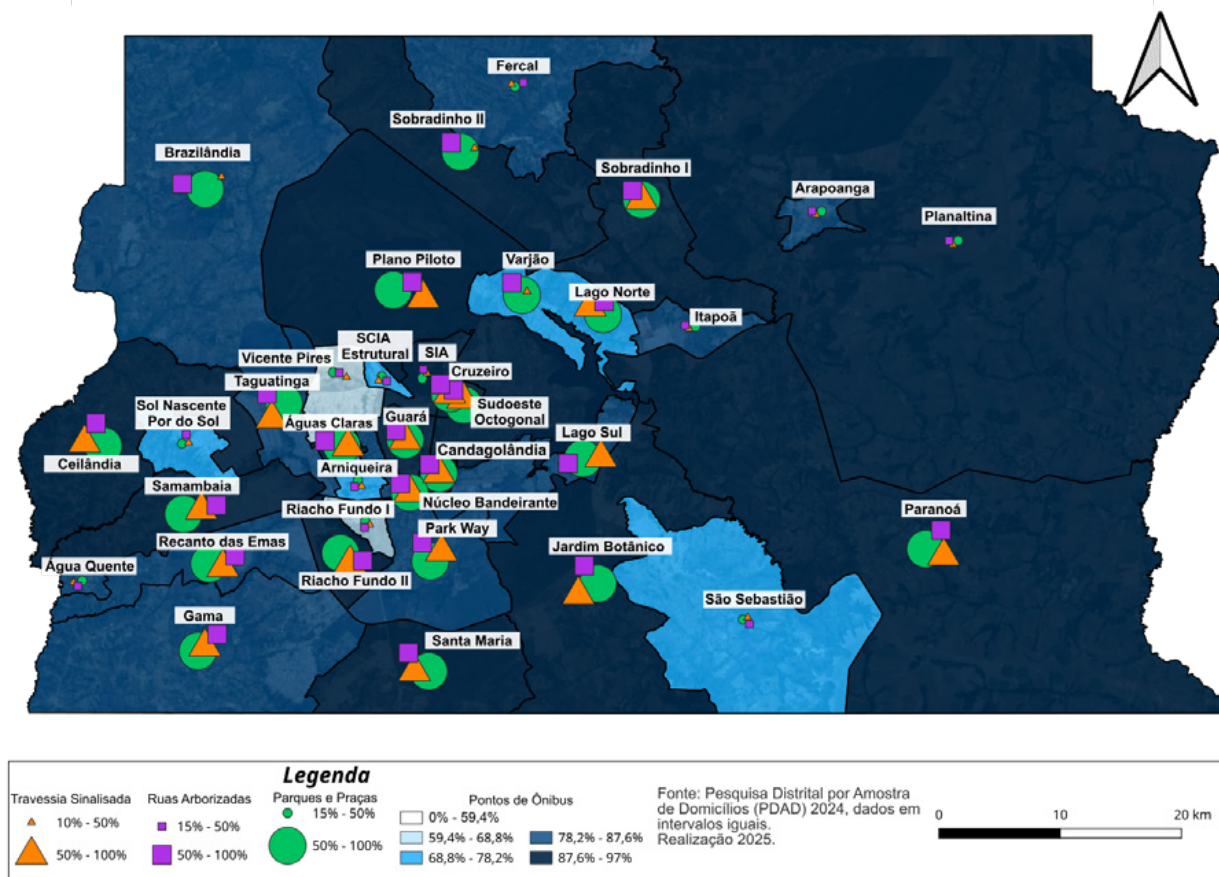


Foto: Victor Queiroz



Evolução de ruas esburacadas (2016/2018):

- Plano Piloto: 1,51% > 15,78%.
- Estrutural: 9,25% > 55,59%.
- Samambaia: 10,43% > 46,29%.
- São Sebastião: 24,89% > 28,95%.
- Itapoã: 15,6% > 17,7%.
- Paranoá: 6,49% > 28,6%.

Principais tópicos das desigualdades (cultura):

- Falta de equipamentos públicos.
- Desvio de função de espaços culturais.
- Centralização das políticas culturais.
- Falta de incentivo à cultura.
- O não incentivo às práticas culturais e esportivas.
- Falta de manutenção dos poucos equipamentos existentes.
- Difícil acesso (altas tarifas de deslocamento, distância, desinformação etc.).
- Pouco investimento na cultura fora do Plano Piloto.

Possíveis alternativas e soluções

Planejamento orçamentário transparente e eficiente: assegurar que os valores aprovados para transporte e infraestrutura sejam executados integralmente, com acompanhamento público e prestação de contas regular.

Integração e expansão do transporte público: ampliar linhas de ônibus para interligar setores internos de cidades como Samambaia, reduzir o tempo de deslocamento e as tarifas e aumentar a frequência de veículos, inclusive em horários noturnos.

Investimento em mobilidade ativa: construção e manutenção de ciclovias e calçadas acessíveis, garantindo segurança, iluminação e acessibilidade para pessoas com deficiência e famílias com crianças.

Planejamento urbano inclusivo: promover políticas intersetoriais que considerem a mobilidade como um eixo de equidade, reduzindo barreiras socioeconômicas e raciais na cidade.

Fiscalização e manutenção da infraestrutura existente: execução contínua de obras de pavimentação, drenagem, saneamento básico e coleta seletiva, priorizando regiões mais vulneráveis.

Participação comunitária: incentivar o engajamento de moradores na definição de prioridades, garantindo que as políticas de mobilidade e infraestrutura atendam às necessidades locais.

Tecnologia e dados: uso de sistemas inteligentes de transporte, monitoramento de fluxo de passageiros e análise de dados para otimizar itinerários, horários e investimentos.

Foto: Victor Queiroz



A PDAD 2024

INFRAESTRUTURA COMO ESPELHO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Por Victor Hugo Vieira Queiroz

O Distrito Federal, idealizado para ser o centro administrativo e político do País, revela-se, ao olhar atento aos dados de infraestrutura, um território fragmentado pela desigualdade. Longe de apresentar um padrão uniforme de bem-estar, a capital exhibe a divisão concreta entre as regiões administrativas (RAs) ricas e as periféricas, onde a qualidade de vida é distribuída de forma desproporcional. A arborização, as travessias sinalizadas, os parques e as praças tornam essa disparidade não apenas visível, mas mensurável.

Na análise dos indicadores de infraestrutura de lazer, percebe-se que, enquanto a presença de ruas arborizadas e áreas verdes é quase universal no centro, tais elementos se tornam bens escassos nas bordas do “avião”.

O Plano Piloto personifica a excelência, com 98,2% de ruas arborizadas e 88,3% de parques ou praças acessíveis. Trata-se do resultado direto de um planejamento privilegiado e de investimentos públicos contínuos.

Em um contraste gritante, a realidade das RAs periféricas é a de um déficit que afeta o conforto ambiental e o convívio social. No Sol Nascente/Pôr do Sol, apenas 15,3% dos domicílios estão próximos a parques ou praças. No Arapoanga, esse número é de 17,1%. No Itapoã, somente 33,9% e, na Estrutural, 34,5%. A falta de investimentos nesses espaços revela que o acesso ao lazer, à sombra e ao bem-estar comunitário não é tratado como prioridade para uma parcela significativa da população do DF.

A situação mais alarmante recai sobre a segurança viária, um direito básico para a mobilidade. Em RAs onde a população majoritariamente se desloca pelo transporte coletivo e pelo deslocamento a pé, a escassez de travessias sinalizadas para pedestres impõe um risco desnecessário à vida do cidadão.

No Plano Piloto, 88,4% dos pedestres têm um alto nível de proteção. No entanto, o cenário muda drasticamente na periferia, onde os índices despencam: Planaltina tem apenas 37,8% de domicílios com travessias sinalizadas. Já São Sebastião atinge apenas 40,6% e Brazlândia registra somente 48,9%.

Em síntese, a análise da infraestrutura não apenas confirma a desigualdade do DF, mas a quantifica, provando que o investimento público em qualidade de vida e segurança urbana está concentrado onde o poder aquisitivo é maior.

Natureza e bem-estar

Por Nayane Cruz

Algumas cidades têm mais árvores. O que ver a natureza faz com a gente? Ela traz calma, frescor e possibilidade de pensar em soluções com mais tranquilidade. Já a ausência da natureza aumenta nossa sensação de ansiedade, torna o ambiente ruim para o corpo e não nos permite o descanso durante a rotina do dia a dia. A desigualdade de acesso à natureza é uma desigualdade de acesso à calma.

Iluminação pública e segurança

Por Nayane Cruz

Ruas sem iluminação não nos trazem segurança. Desde a infância, ouvimos histórias de monstros que se escondem na escuridão. Já adultos, passamos por isso ao andarmos em ruas escuras nas periferias e nos sentimos inseguros. O monstro agora é o Estado, que precisa fazer articulações mais eficientes com a sociedade para entender onde é necessária a iluminação pública.

E se existisse um portal de escuta do GDF chamado **“Que Haja Luz”**, por intermédio do qual a população pudesse indicar os pontos da cidade que precisam de iluminação?

SE ESSA RUA FOSSE MINHA

Por Nayane Cruz

Se essa rua, se essa rua fosse minha, eu mandava iluminar

Para que mais nenhuma mulher tivesse medo

Pensando que no escuro alguém poderia assaltar ou assediar

Se essa rua, se essa rua fosse minha

Eu mandava uma quadra coberta colocar

Só para ver as crianças e toda a comunidade se unindo, rindo, brincando e conversando

Se essa rua, se essa rua fosse minha, eu mandava várias árvores plantar

Só para nos dias de calor ter sombra para sentar e ter uma visão bonita para olhar

Mas essa rua, essa rua é minha!

A participação social é importante para transformar

Foto: Victor Queiroz



de 2016

2017

2018

2019

2020

2021

a 2022

Tema 6.

Mobilidade

Análise Sobre A Mobilidade A Partir Do Mapa Das Desigualdades E Da Agenda 10

Por Sara Lisboa, Nayane Cruz, Maju e Micaele Melo

A organização dos transportes influencia diretamente o acesso à cidade, gerando uma sensação de divisão territorial, que se manifesta como disputas simbólicas entre diferentes setores e regiões. Essa dinâmica se aproxima do conceito de “barreiras físicas e simbólicas” (SANTOS, 2001). Trata-se de um processo em que a infraestrutura e o ordenamento do espaço reforçam distâncias sociais e econômicas (MARICATO, 2011).

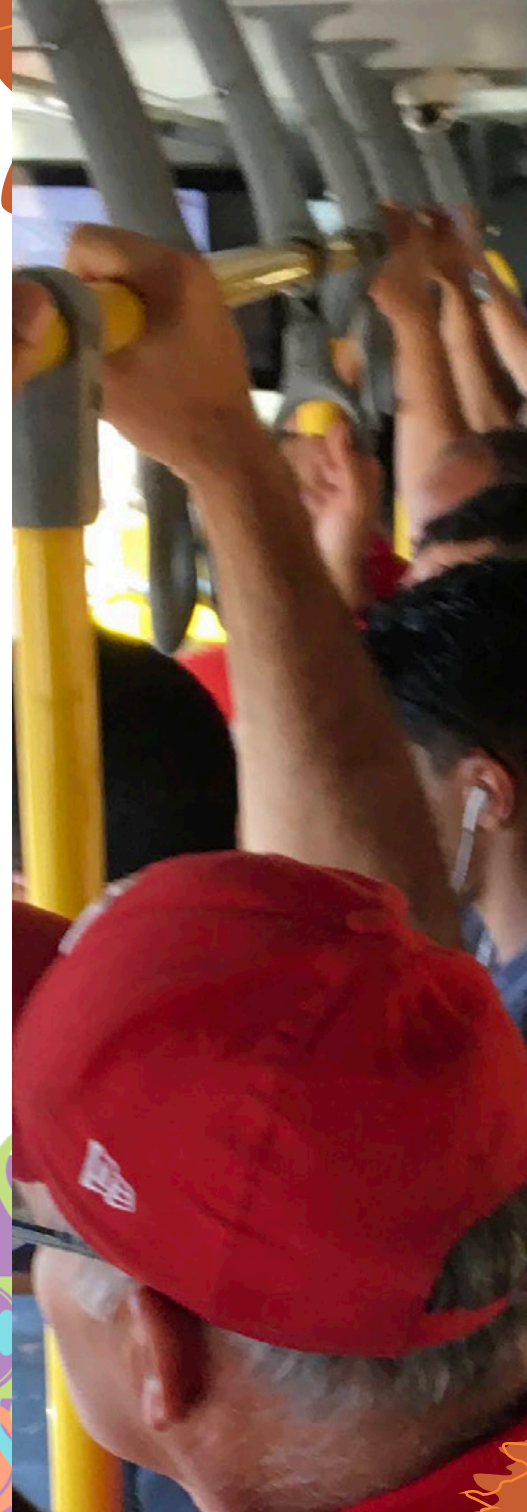
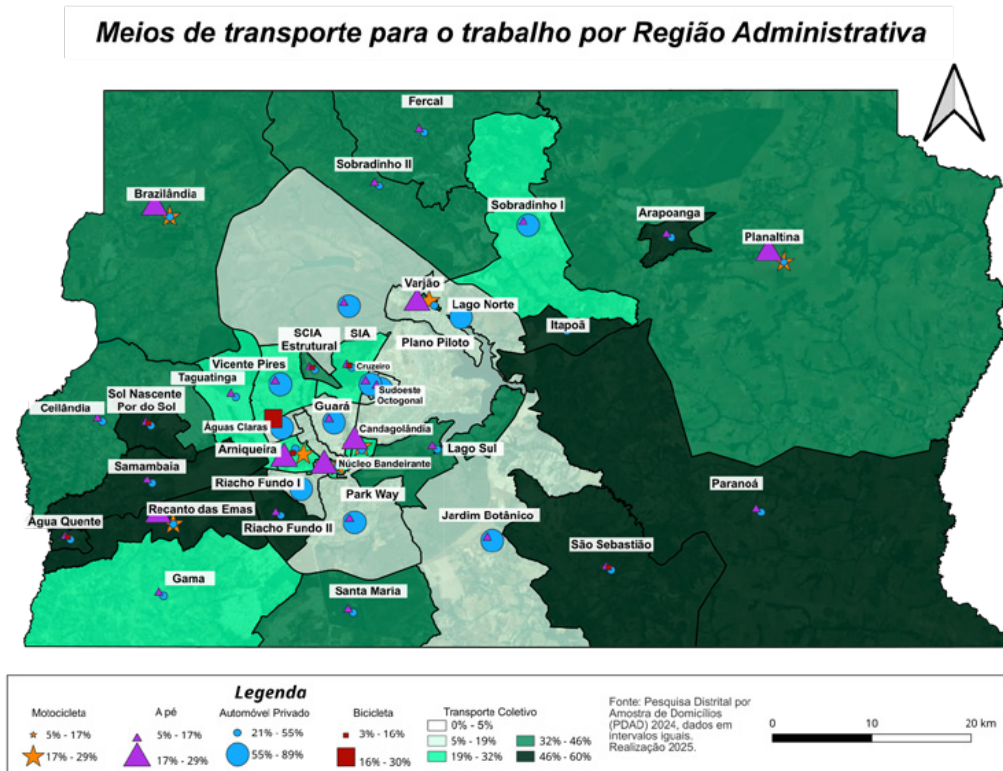
No Distrito Federal, essa segregação é percebida tanto no tempo necessário para acessar o Plano Piloto quanto na precariedade das conexões entre regiões administrativas. Esse cenário reproduz padrões de exclusão já identificados por estudos como o do Observatório das Metrôpoles (2019) e o do Mapa das Desigualdades (INESC, 2016). Segundo o Mapa das Desigualdades, há uma grande dependência de deslocamentos para outras áreas para trabalho, estudo, lazer ou outros fins, o que reforça o ciclo de desigualdade territorial.

O caso de Samambaia, conforme a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD, 2015), ilustra esse fenômeno. Com aproximadamente 254 mil habitantes e 68 mil domicílios, a cidade é dividida em dois setores: Norte e Sul, separados pelos trilhos do metrô. A ausência de linhas de ônibus que conectem plenamente esses setores, apesar da proximidade geográfica, levanta questionamentos sobre a lógica da rede de transporte coletivo. Tal limitação reforça a separação interna e enfraquece o comércio local, o turismo popular e a integração comunitária, incentivando deslocamentos para outras cidades e transferindo renda para fora da região.

Relatos de diversas regiões indicam escassez de linhas de ônibus, veículos superlotados e baixa frequência de horários. A maior parte das linhas segue itinerários até a Rodoviária do Plano Piloto, exigindo, em muitos casos, o pagamento de duas passagens e longos períodos de deslocamento.

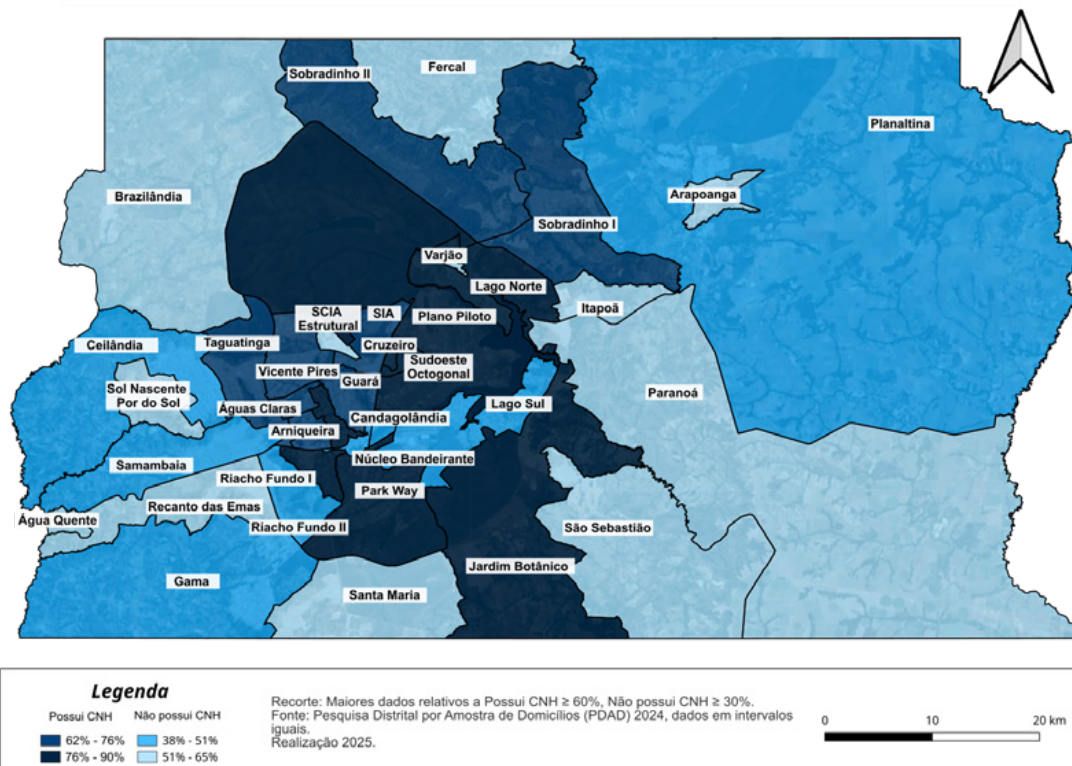
Mesmo que tais regiões, com menos linhas de ônibus e veículos disponíveis, sejam aquelas mais dependentes do transporte coletivo, que se mostra segregador,

tendo como principal e único objetivo carregar as pessoas de casa para o trabalho, sem dar-lhes oportunidades de lazer e cultura, visto que tais equipamentos localizam-se, em sua maioria, nas regiões centrais. Pode-se perceber pelo mapa sobre os meios de transporte utilizados para o deslocamento para o trabalho. Veja-se que regiões como Recanto das Emas, Sol Nascente, Estrutural, a maioria das pessoas se deslocam por meio do transporte público.



Reforça o tema o mapa que traz dados sobre posse de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), também mais comum entre a população das regiões mais centrais.

Posse de CNH por Região Administrativa



Ou mesmo pela posse de veículos individuais motorizados, com maior contingente no Plano Piloto, Lagos, Sudoeste, por exemplo.

Posses de tipos de veículos por Região Administrativa

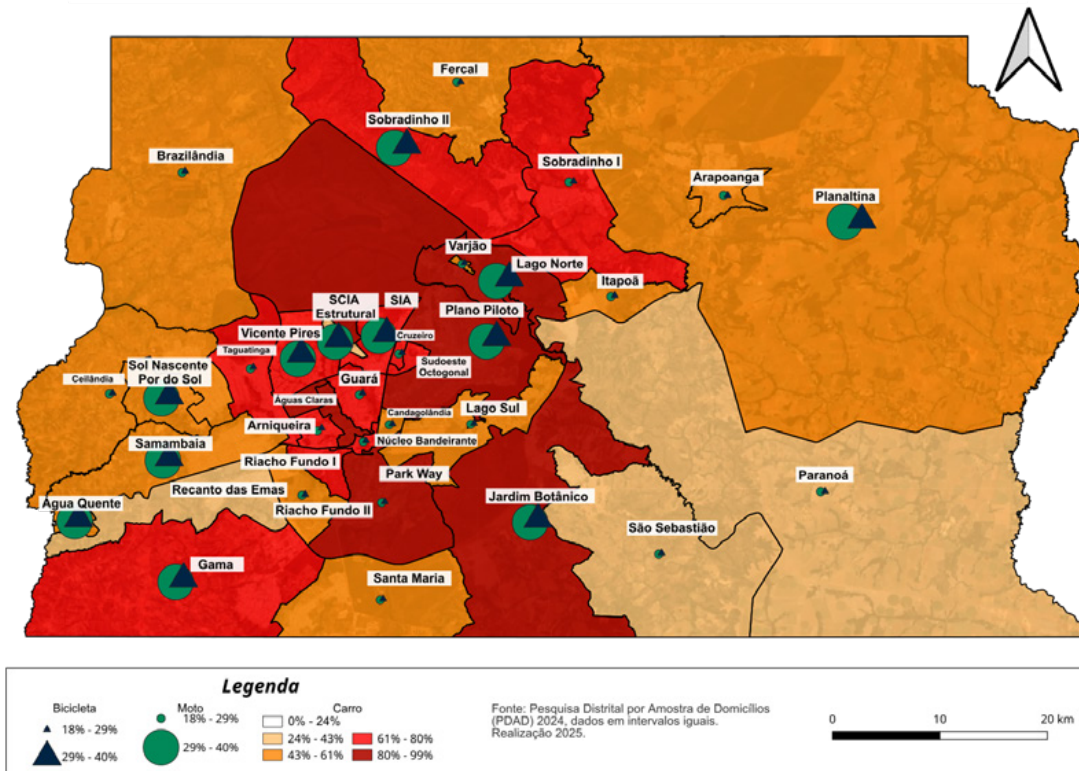




Foto: Victor Queiroz

Contata-se, ainda, a falta de ciclovias e calçadas em bom estado, prejudicadas por árvores, postes, grades, ausência de manutenção, iluminação e acessibilidade. Após as 23 horas, o transporte público é interrompido na maioria das regiões, o que afeta trabalhadores de turnos noturnos, como profissionais de saúde, segurança, limpeza urbana e artistas e frentistas (INESC, 2016).

A ausência de calçadas e ciclovias adequadas afeta especialmente pessoas com deficiência, famílias chefiadas por mulheres e crianças, prejudicando o acesso à educação e outros direitos básicos. A mobilidade urbana, portanto, deve ser compreendida de forma intersectorial, pois influencia diretamente o alcance e a efetividade de diversas políticas públicas (INESC, 2016).

O Mapa das Desigualdades também relaciona a falta de mobilidade adequada à concentração de pessoas negras em regiões com menor acesso a políticas públicas. Essa configuração revela dimensões raciais da desigualdade urbana, em que o transporte precário se soma a um histórico de exclusão (INESC, 2019).

A dificuldade de mobilidade impacta também o acesso ao trabalho. Conforme o Mapa das Desigualdades (INESC, 2020), moradores de Samambaia e São Sebastião enfrentam obstáculos para conseguir emprego, pois – antes de disputar uma vaga – precisam superar distâncias significativas, tarifas elevadas e limitações do transporte público. A precariedade desse serviço compromete a produtividade, a motivação e a permanência de trabalhadores, conforme apontam estudos de gestão (CHIAVENATO, 2014).

ORÇAMENTO E MOBILIDADE

Por Sara Lisboa, Nayane Cruz, Maju e Micaele Melo

De acordo com o Mapa das Desigualdades de 2022, naquele ano o orçamento destinado à manutenção do sistema de transporte público e ao passe estudantil foi de R\$ 1,4 bilhão, sem registro de melhorias, aumento de transparência ou redução tarifária. Em 2023, o valor aprovado foi de R\$ 757,5 milhões, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 50% (INESC, 2022).

Segundo o Portal da Transparência, para 2025 o valor previsto para investimentos em mobilidade é de R\$ 1,5 bilhão. No entanto, ações como “implantação de paraciclos e bicicletários” e “construção de terminais rodoviários”, que somam R\$ 3,6 milhões, não tiveram execução até agosto de 2025. Enquanto a Rodoviária do Plano Piloto recebeu investimento de R\$ 10 milhões, o orçamento para as demais rodoviárias totaliza R\$ 20 milhões, com apenas metade executada (DISTRITO FEDERAL, 2025).

O Plano Anual de 2025, aprovado em dezembro de 2024, apresentou pontos de atenção. A proposta do Governo do Distrito Federal era que o valor destinado ao passe livre estudantil fosse contabilizado no orçamento da Secretaria de Educação, mas sem correspondência contábil suficiente. Além disso, enquanto a Rodoviária do Plano Piloto passa por processo de privatização, seu valor de reforma é considerado elevado em comparação ao montante destinado à aquisição de novos trens para o metrô.

Observa-se, ainda, que áreas como reformas, modernização, estudos, pesquisas e manutenção executaram menos da metade dos valores previstos. Isso indica que, além da limitação orçamentária, há deficiência na execução das políticas públicas essenciais.

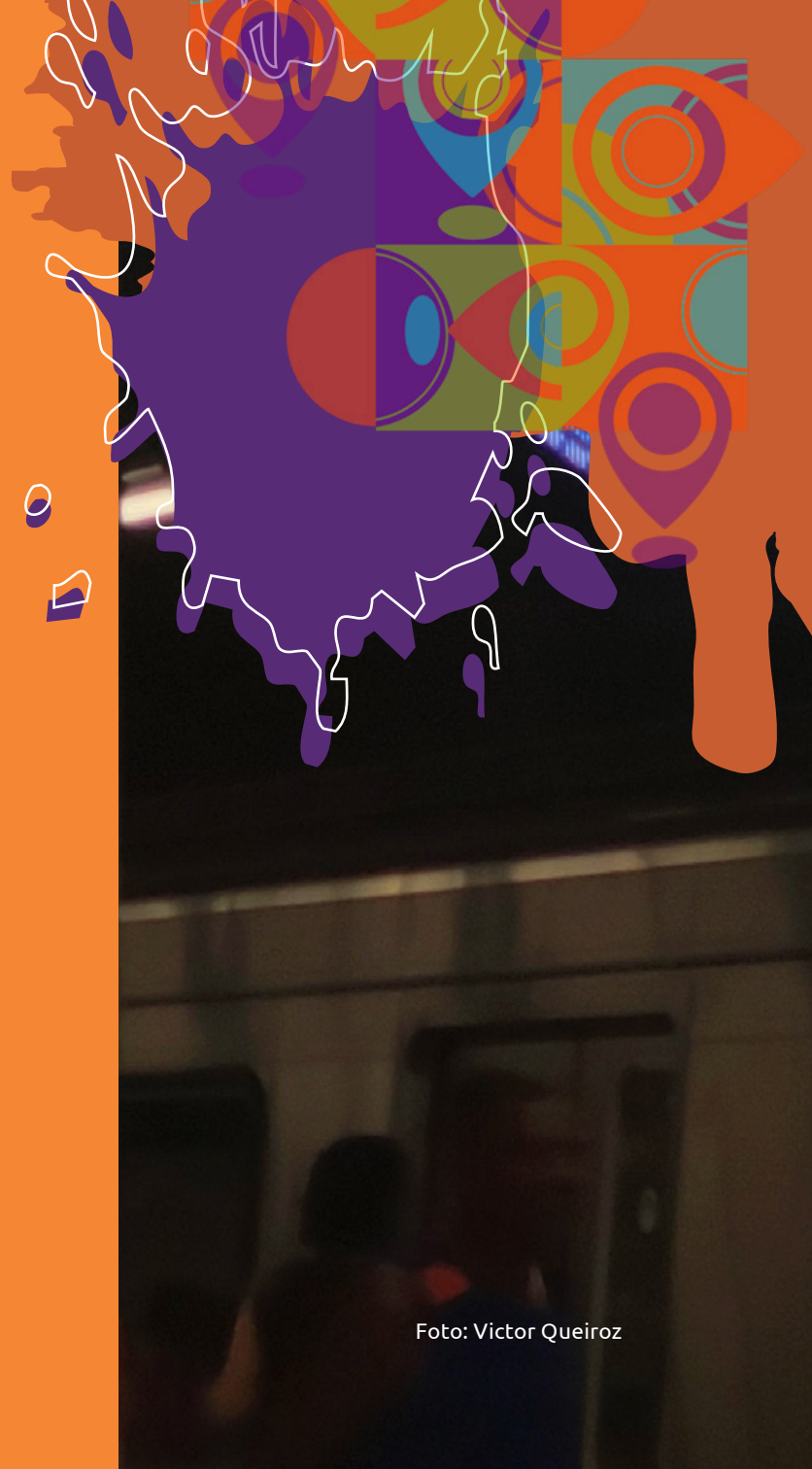


Foto: Victor Queiroz

Indicadores de infraestrutura para mobilidade (entre 2016 e 2022)

Domicílios com calçadas nas ruas (%):

- 98 a 100: Samambaia, Taguatinga, SIA, Guará, Cruzeiro, Sudoeste, Plano Piloto e Lago Sul.
- 95 a 97: Riacho Fundo II, Águas Claras, Candangolândia, Paranoá.
- 85 a 94: Santa Maria, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Núcleo Bandeirante, Vicente Pires, Planaltina, Sobradinho, Lago Norte, Varjão, Brazlândia, Sobradinho II.
- 75 a 84: Ceilândia, Estrutural, Itapoã, Jardim Botânico.
- 20 a 21: Fercal.

Domicílios com ciclovias próximas (%):

- 41 a 60: Sudoeste, Plano Piloto, Cruzeiro, Paranoá, Lago Norte.
- 26 a 40: Guará, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Park Way, Lago Sul.
- 21 a 25: Estrutural, Itapoã, Candangolândia.
- 11 a 20: Gama, Jardim Botânico, Sobradinho I.
- 4 a 10: Riacho Fundo II, Vicente Pires, Taguatinga, Varjão, Sobradinho II, Brazlândia.
- 0 a 3: Águas Claras, SIA, Planaltina, São Sebastião, Fercal.

Tempo de deslocamento para o trabalho:

- Plano Piloto: 45,9% levam até 15 minutos; 42% até 30 minutos; nenhum acima de 1 hora.
- Itapoã: 24,8% levam até 15 minutos; 7,9% levam até 1h30.
- Paranoá: 35,9% levam até 45 minutos; 5,5% levam até 1h30 (INESC, 2019).

Meios de transporte:

- Plano Piloto: 73% usam automóvel individual.
- Paranoá: 70% usam ônibus; 23% deslocam-se a pé.
- Itapoã: 60% usam ônibus

PDAD 2024: E A LUTA PELO DESLOCAMENTO

Por Victor Queiroz

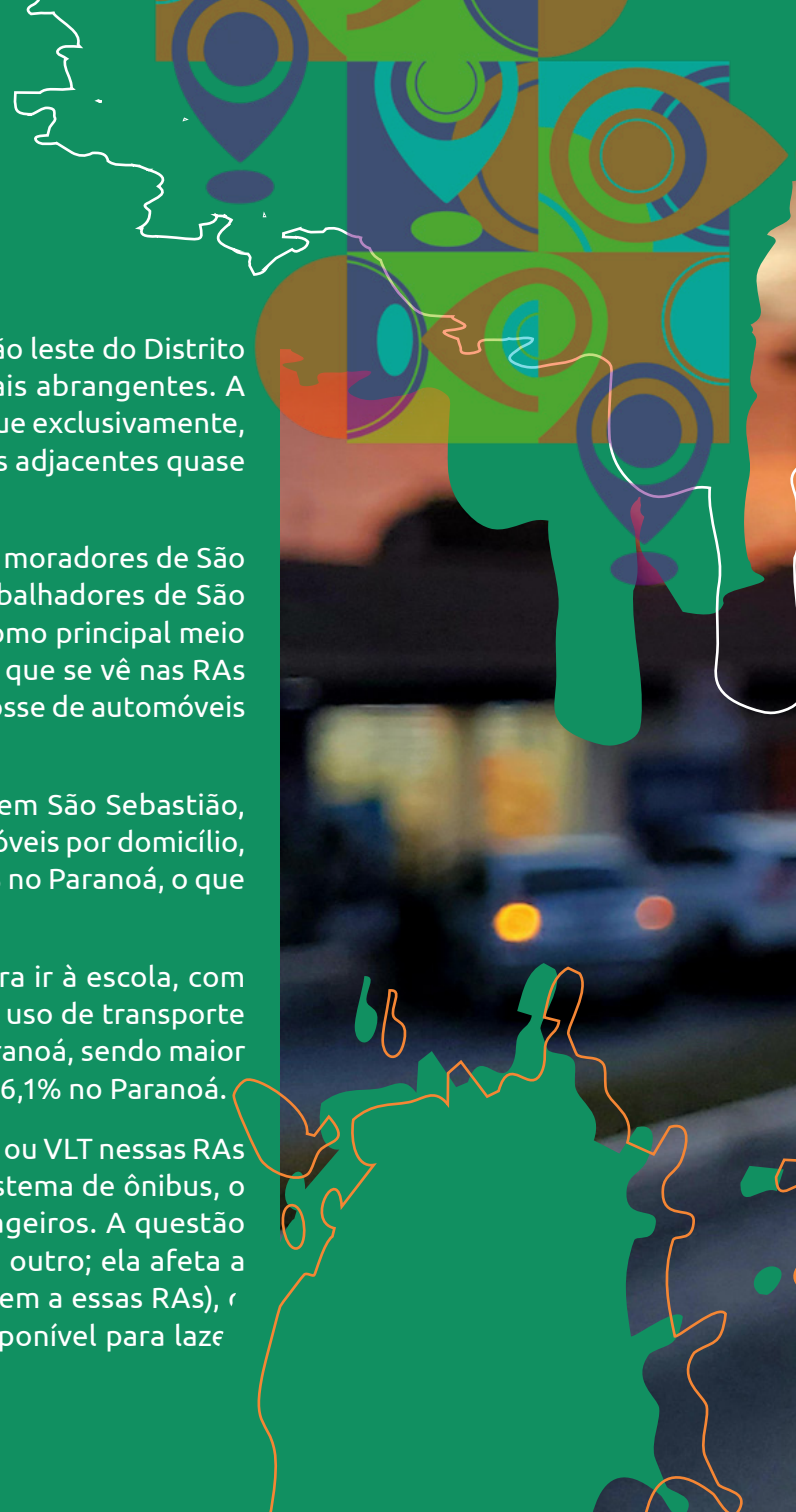
A mobilidade urbana nas regiões administrativas (RAs) da região leste do Distrito Federal (DF) é um retrato da necessidade de políticas públicas mais abrangentes. A realidade é simples e cruel: a maioria da população depende, quase que exclusivamente, do transporte coletivo para se deslocar ao Plano Piloto ou às regiões adjacentes quase que diariamente.

O ônibus é o protagonista da jornada cotidiana de milhares de moradores de São Sebastião, Itapoã e Paranoá. Os dados mostram que 53,3% dos trabalhadores de São Sebastião, 50,6% do Itapoã e 48,3% do Paranoá utilizam o ônibus como principal meio de transporte para o trabalho. Essa alta dependência é o oposto do que se vê nas RAs mais ricas, como o Plano Piloto (só com 12,9%) e o Lago Sul (onde a posse de automóveis é de 89,3%).

Em relação à baixa posse de CNH, os percentuais são: 41,1% em São Sebastião, 38,8% no Itapoã e 43,1% no Paranoá. Já no tocante à posse de automóveis por domicílio, os números seguem: 41% em São Sebastião, 47,6% no Itapoã e 40,5% no Paranoá, o que evidencia o pouco acesso dessas RAs em relação ao automóvel.

Para os estudantes, andar a pé não é o meio mais comum para ir à escola, com apenas 14,3% no Itapoã e 23,5% no Paranoá. Em comparação com o uso de transporte coletivo (ônibus), os percentuais são: 43,9% no Itapoã e 35,6% no Paranoá, sendo maior do que o uso do transporte escolar público, com 21,8% no Itapoã e 16,1% no Paranoá.

A ausência de alternativas de transporte de massa, como metrô ou VLT nessas RAs da região leste do DF, acarreta que se concentre a sobrecarga no sistema de ônibus, o que pode gerar atrasos, superlotação e desconforto para os passageiros. A questão da mobilidade, portanto, não se resume apenas a ir de um ponto a outro; ela afeta a qualidade de vida (por causa da superlotação dos ônibus que atendem a essas RAs), o tempo gasto em deslocamento e, consequentemente, o tempo disponível para lazer, estudo e convívio familiar.



Ciclovias e mobilidade

Por Nayane Cruz

Ter mais ciclovias nas cidades significa mais saúde também. Além de proteger a vida das pessoas que já usam a bicicleta como meio de locomoção, é um convite para quem ainda não usa: conhecer a cidade por outro ponto de vista, trilhar caminhos com a liberdade que a bicicleta traz, sentir o vento e se deslocar mais rápido sem depender apenas do transporte público.

E se existissem campanhas de incentivo ao uso da bicicleta como mobilidade ativa? Isso possibilitaria novas formas de contato com a cidade.

O SONHO DE OCUPAR A CIDADE

Por Nayane Cruz

Nosso sonho é viajar para a praia

Mas quando nosso sonho será ocupar o lago que existe na nossa cidade?

Imagina famílias se reunindo em volta da água

Crianças brincando num final de semana nessa bela paisagem

São encontros que alimentam!

Não somos uma máquina que desliga as 22 (duas).

Apesar que querem assim: cansados, deitados, sobrecarregados para não mais sentir

Mas iremos, sim, amar, viver, beijar, curtir

Sem olhar para o relógio

Pois o horário do busão tá próximo

E já tá na hora de ir!

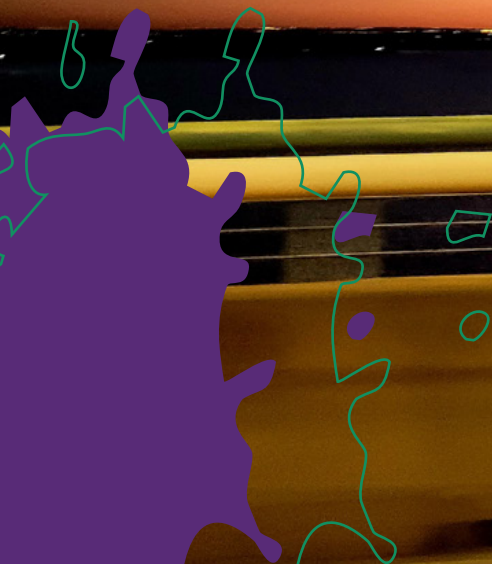


Foto: Victor Queiroz



Trabalho, Emprego e Renda

de 2016
2017
2018
2019
2020
2021
a 2022

Análise Sobre Trabalho, Emprego e Renda a Partir das Edições Anteriores do Mapa das Desigualdades e da Agenda 10

Por Camila Rodrigues, Eli José, Izabela Martins, Sara Lisboa, Nay Cruz, Maria Juliana Rocha Reis e Micaele Melo

Trabalho e emprego

A análise dos dados de 2016 e 2019 mostra que a desigualdade de renda é um problema persistente e está fortemente ligada à raça e à localização geográfica.

Renda e localização

Em 2016, a Estrutural foi a única região com renda per capita menor do que um salário mínimo, enquanto Samambaia e São Sebastião ficaram na faixa de até dois salários-mínimos. Em contraste, o Plano Piloto tinha uma renda per capita acima de cinco salários mínimos. Em 2019, os dados reforçaram essa disparidade, com o Plano Piloto tendo a maior parte dos trabalhadores com rendimentos acima de 10 a 20 salários mínimos, enquanto Paranoá e Itapoã tinham a maioria na faixa de 1 a 5 salários mínimos.

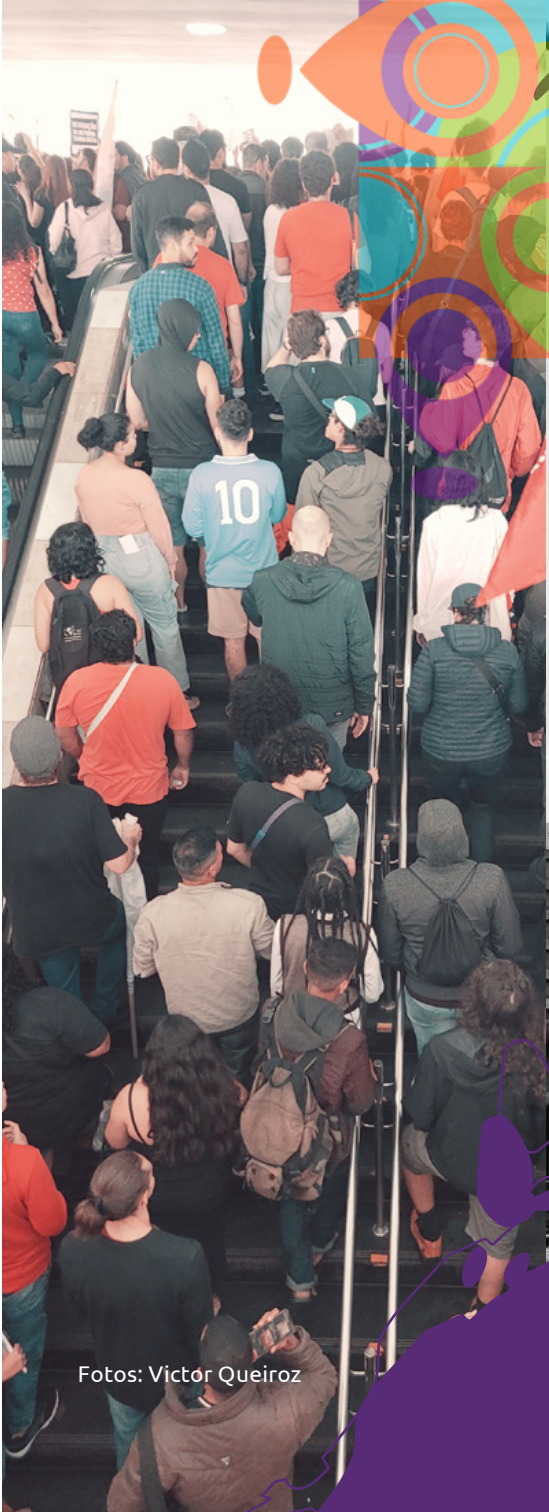
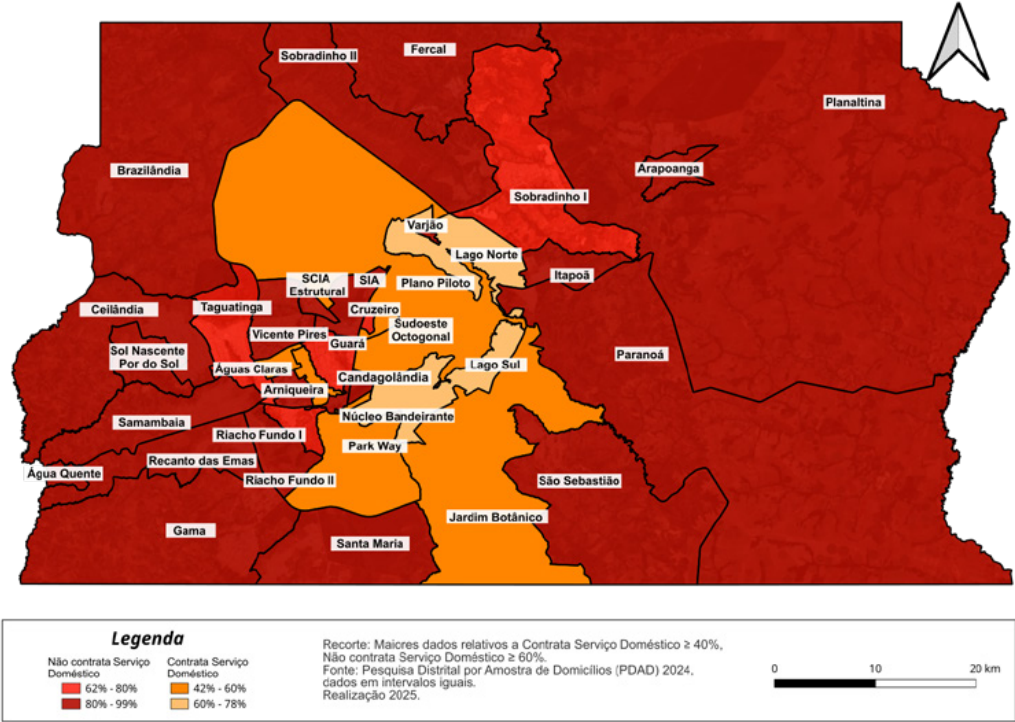
Desigualdade racial e renda

Há uma correlação inversa entre a porcentagem da população negra e os valores de renda nas regiões do DF, o que indica que a população branca recebe salários maiores. As cidades com menor renda, como Estrutural e Varjão, têm a maior parte da população negra. Essa desigualdade se repete ao longo dos anos, com a população negra de baixa renda usufruindo menos dos serviços públicos, apesar de

proporcionalmente contribuir mais com o pagamento de impostos, em comparação com as populações de alta renda.

A desigualdade é visível quando se apresenta dados sobre aqueles que contratam serviços domésticos e aqueles que não contratam. O mapa apresenta outras possibilidades de leitura, pois a população das regiões que não contratam, são contratadas por aqueles residentes das regiões centrais, brancas e ricas.

Contratação de serviço doméstico por Região Administrativa



Fotos: Vítor Queiroz

O QUE PAGAMOS?

Por Nayane Cruz

Qual imposto pesa no meu dia? Trabalho demais,
não sobra energia

Educação, saúde, segurança, infraestrutura

Eu pago tudo e ainda sinto que não me sobra
nada

Não basta reclamar, tem que participar

Falar nas ouvidorias, conselhos frequentar

Conferências, audiências

O portal pra olhar, transparência

Orçamento participativo pra decidir onde vai
gastar

Se a população decide, muda a cidade

Não deixa tudo na mão da autoridade

O que pagamos tem que virar vida

Não só números, mas ação na rotina vivida

Crianças na escola, hospitais funcionando

Praças cheias, transporte andando

É nosso papel, é nossa voz, é nossa vez:

Transformar imposto em cidade que é a gente
quem vê



LISTA DE SIGLAS

Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CAPS – Centro de atenção psicossocial

CED – centro educacional

CEI – Ceilândia

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DF – Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

MA – Maranhão

MC – mestre/mestra de cerimônia

MTD – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

RA – região administrativa

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SIA – Setor de Indústria e Abastecimento

SMDF – Secretaria da Mulher do Distrito Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

UPA – unidade de pronto atendimento

VLT – veículo leve sobre trilhos

REFERÊNCIAS

BARBOZA, A. C. et al. Mapa das Desigualdades: 2016. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2016.

BRASÍLIA EM DEBATE. Planejamento Territorial do Distrito Federal (Brasil). ISSN: 2316-820X. Brasília (DF), 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações (4ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Portal da Transparência do Distrito Federal. Brasília (DF): Governo do Distrito Federal, 2025. Disponível em: <<https://www.transparencia.df.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA. Mapa das Desigualdades do Distrito Federal: 2016. Brasília (DF): Inesc, 2016. Disponível em: <<https://inesc.org.br/mapa-das-desigualdades-2016/>>.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). Mapa das Desigualdades: 2019. Brasília (DF): Inesc, 2019. Disponível em: <<https://inesc.org.br/mapa-das-desigualdades-2019/>>

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). Mapa das Desigualdades do DF: 2022. Brasília (DF): Inesc, 2023. Disponível em: <<https://inesc.org.br/mapa-das-desigualdades-do-df-2022/>>.

MARICATO, Ermínia. O lugar da habitação na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2011.

MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA. Agenda 10 DF: 10 recomendações do Movimento Nossa Brasília para o GDF. Brasília (DF): Inesc, 2020. Disponível em: <<https://inesc.org.br/agenda-10-df/>>.

MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA. Da barragem pra cá. Brasília (DF): Inesc, 2019. Disponível em: <<https://inesc.org.br/764-da-barragem-pra-ca/>>.

MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA. Uma cidade em crônicas: encarando números da Estrutural. Brasília (DF): Inesc, 2018. Disponível em: <<https://inesc.org.br/uma-cidade-em-cronicas-encarando-numeros-na-estrutural/>>.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2001.



Fotos: Víctor Queiroz



O Mapa das Desigualdades é um mapa de oportunidades
Se eu sei onde tá o erro me resta agilidade – Singelo MC





Projeto realizado com apoio do FDCC - Termo de Fomento nº 01/2024

